

VANESSA BARBOSA E SILVA

**CICLOS ORÇAMENTÁRIOS DOS ÚLTIMOS 20 ANOS NA GESTÃO PÚBLICA  
PARANAENSE NOS ANOS ELEITORAIS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Controladoria, do Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia M. S. Bortolucci Espejo

CURITIBA  
2011

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado forças, sabedoria e fé nesta mais nova etapa de minha carreira profissional;

Ao meu esposo Claudinei, por todo o amor e apoio dado, e pela paciência dispensada ao longo de todo o curso e período da elaboração da monografia;

À minha Orientadora Márcia, por ter aceitado mais este desafio em me orientar, com toda a sua sabedoria e incentivo;

Aos meus colegas, amigos e professores pelo apoio, colaborações e ensinamentos passados ao longo de todo o curso da especialização.

"O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o silêncio dos bons."  
Martin Luther King

## RESUMO

SILVA, V.B. **Ciclos orçamentários dos últimos 20 anos na gestão pública paranaense nos anos eleitorais.** Devido a crises políticas que o Brasil tem passado nas últimas décadas, e, em consequência, a falta de confiança da população que isso pode gerar na hora da escolha de seus governantes, e também sobre a importância do estudo da controladoria e orçamento público para o melhor entendimento do processo governamental, elaborou-se um estudo sobre as eventuais discrepâncias orçamentárias que o governo pode enfrentar em épocas eleitorais. Mostrando, primeiramente, um estudo sobre orçamento governamental, apontando o que o governo está fazendo para uma melhor transparência sobre os seus gastos, bem como funciona o orçamento e a controladoria na gestão pública, passando por fatos do Governo no Estado do Paraná. O presente estudo mostra as contas públicas paranaenses a partir do ano de 1986 até o ano de 2006, finalizando com análises das mesmas com o objetivo de apontar divergências nos números dos orçamentos do Estado. Enfim, foi analisado se o Estado do Paraná passou pelos chamados "*Budget Cycles*" (picos orçamentários) em anos em que houve eleições governamentais. Os resultados apontam que houve tais indícios nos anos estudados, sendo que as discrepâncias nas contas públicas paranaenses encontradas foram devidamente apontadas e analisadas.

Palavras chave: Controladoria. Orçamento Público. *Budget Cycles*. Eleições governamentais.

## ABSTRACT

SILVA, V.B. **The Last 20 years of budget cycles at paranaense management public in the election years.** Due the political crises that Brazil has been passed in the last decades, and in consequence of people crisis confidence that action can result in the choice of their rullers, and also the importance of controllership study and budget public for a better knowledge of governmental process, it did a study about possible discrepancies budget that the government can confront in election time. This work starts with a study about government budget, showing what the government are oing for a better sheer of theirs spends as well as how it's work the budge and the controllership in the management public go by the facts of ruller at paraná state. This study shows the public accounts of paraná from 1986 until 2006 closing with the same analysis with the aim of pointing out differences in the numbers of State budgets. It was analyzed if the state of Parana spent for the called "*Budget Cycles*" in the years that had government elections. The results show that had evidence in the years studied, the discrepancies in government accounts Paraná were properly pointed out and analyzed.

Keywords: Controlling. Public Budget. Budget cycles. Government Elections.

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| TABELA 1 – Despesas Setoriais – Paraná – 1985 à 2002.....  | 34 |
| TABELA 2 – Participação de Cada Conta e Principais Discrepâncias de Cada Setor – Paraná – 1985 à 2002 .....                                | 35 |
| TABELA 3 – Variações das Contas do Ano de 1986 x Anos restantes .....  | 36 |
| TABELA 4 - Variações das Contas do Ano de 1990 x Anos restantes .....  | 36 |
| TABELA 5 - Variações das Contas do Ano de 1994 x Anos restantes.....   | 37 |
| TABELA 6 – Porcentagem Da Diferença de um Ano para Outro das Despesas Orçamentárias Do Estado Do Paraná Entre os Anos de 1986 À 2002 ..... | 41 |
| TABELA 7 – Participação da Despesa Orçamentária do Paraná em Relação a Despesa Conjunta do Restante dos Estados e ao PIB Nacional .....    | 42 |
| TABELA 8- Despesas Orçamentárias Segundo Funções E Análise Horizontal de Cada Ano – Paraná – 1985 a 2002 .....                             | 44 |
| TABELA 9 – Despesas Setoriais – Paraná – 2003 a 2010 .....   | 48 |
| TABELA 10 – Participação De Cada Conta E Principais Discrepâncias de Cada Setor – Paraná – 2003 a 2010 .....                               | 49 |
| TABELA 11 – Variação Do Orçamento Público No Paraná Do Ano Eleitoral de 2006 Para O Ano De 2010 .....                                      | 50 |
| TABELA 12 – Despesas Orçamentárias Segundo Funções e Análise Horizontal de Cada Ano – Paraná – 2003 A 2010 .....                           | 51 |

## **LISTA DE SIGLAS**

BADEP – Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Regional  
COMEC- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Regional  
LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
PIB – Produto Interno Bruto  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PPA – Plano Plurilateral  
PPBS – Planning Programming and Budgeting System  
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>  | <b>09</b> |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA                                   | 10        |
| 1.2 OBJETIVOS  | 10        |
| 1.2.1 Objetivo Geral                                       | 10        |
| 1.2.2 Objetivos Específicos                                | 11        |
| 1.3 JUSTIFICATIVA  | 11        |
| 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO                                  | 12        |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>                               | <b>13</b> |
| 2.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA                                    | 13        |
| 2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO                                      | 14        |
| 2.2.1 Planejamento do Orçamento                            | 14        |
| 2.2.1.1 Leis de Planejamento Orçamentário                  | 16        |
| 2.2.3 Tipos de Orçamento Público                           | 17        |
| 2.2.4 O Início do Orçamento Brasileiro                     | 18        |
| 2.2.5 Gestão Pública Estadual                              | 20        |
| 2.3 CONTROLADORIA NA GESTÃO PÚBLICA                        | 21        |
| 2.4 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA                        | 26        |
| 2.5 <i>BUDGET CYCLES</i>                                   | 28        |
| 2.6 SETOR PÚBLICO PARANAENSE                               | 31        |
| <b>3 METODOLOGIA</b>                                       | <b>32</b> |
| <b>4 ANÁLISE DAS CONTAS PARANAENSES</b>                    | <b>33</b> |
| 4.1 ANÁLISE DAS CONTAS PARANAENSES DOS ANOS DE 1986 A 2002 | 33        |
| 4.2 ANÁLISE DAS CONTAS PARANAENSES DOS ANOS DE 2003 A 2010 | 47        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                              | <b>53</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | <b>56</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como referência uma questão de extrema importância para todos os brasileiros. O país é menção mundial quando se trata de instabilidade política, econômica e social, e a população brasileira passa a ter certa desconfiança quando se trata das contas públicas. A história nos conta sobre inúmeras mudanças e transformações governamentais, sobre fatos de descontentamento da sociedade, mudanças de moedas, crises econômicas, corrupções públicas. O país já foi administrado por rei, militares, presidentes, vice presidentes, passou por mortes de governantes, *impeachment*, enfim, por ser um país relativamente “jovem” já passou por significantes marcos em sua política.

O Estado do Paraná participou de todos os avanços, quedas, sucessos e retrocessos que o País enfrentou. Sua história também é grandiosa quando se trata de economia política. Mesmo a literatura sendo um tanto pequena quando se trata daquele, nota-se um interesse muito grande em aperfeiçoar o estudo de alguns aspectos do Estado.

Com tanta história e fatos políticos, muitos têm dúvida na hora de escolher seus candidatos em épocas eleitorais. Fatores como a qualidade nos serviços públicos influenciam quando a sociedade irá escolher seus próximos governantes. Diante disso, surge uma certa dúvida se o orçamento público é o mesmo em anos eleitorais. Desse modo, serão tratadas eventuais mudanças ocorridas nos serviços e nas contas públicas do Estado do Paraná.

Será apresentado, primeiramente, o problema de pesquisa, seguido dos objetivos geral e específicos. Logo após, a justificativa da escolha do tema do estudo em questão.

No referencial teórico será abordado, primeiramente, a questão da gestão orçamentária, dando maior ênfase ao orçamento público, adicionando análise sobre orçamento estadual, controladoria pública, início do orçamento brasileiro, entre outros. Após, será verificado sobre a questão dos “*Budget Cycles*”, ou seja, ciclos orçamentários. Como o estudo tratará das eventuais discrepâncias no orçamento público nos anos eleitorais, será importante entender seus conceitos. Finalizando o referencial teórico, será analisado o início da gestão pública no Estado do Paraná, os principais fatos ocorridos na economia, política e na gestão contábil paranaense.

Assim, a presente pesquisa trata de uma questão que é de interesse não só dos paranaenses, mas de todos, pois serão verificados fatores que despertam dúvidas e desconfiança nos cidadãos.

Após a apresentação do referencial teórico, será exposto um estudo sobre as principais contas públicas do Estado em questão, analisando seus números ano a ano para a verificação de eventuais discrepâncias. Será verificado se, em determinado ano, houve algum evento econômico ou social para a justificativa das discrepâncias verificadas.

E finalmente, para a concretização do presente trabalho serão expostas as considerações finais bem como a conclusão do estudo.

## 1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

O fato de viver em um país com fortes histórias de instabilidade política, econômica e financeira faz com que a transparência no orçamento público seja um fator que leve muitos contribuintes a viverem na dúvida sobre o destino dos impostos pagos. Saber se os gastos públicos estão sendo administrados corretamente e ter um oferecimento de serviços públicos de qualidade são fatores que podem determinar a escolha do voto dos representantes.

Diante disso, pesquisar sobre o orçamento público em um dos Estados Brasileiros torna-se importante na medida em que existe interesse tanto da população (contribuintes) quanto do próprio Governo em saber se há alterações na hora da programação do orçamento Estadual nos anos de eleições.

Desse modo, sendo o Estado do Paraná o escolhido para ser abordado e estudado, o presente estudo está orientado para responder à seguinte questão: Existem diferenças no orçamento público Paranaense nos anos eleitorais?

## 1.2 OBJETIVOS

A seguir são citados os objetivos da elaboração desta pesquisa a ser apresentada, divididos em geral e específicos.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Identificar se há discrepâncias nas contas públicas nos anos eleitorais do Estado do Paraná.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- ✓ Analisar as contas públicas do Estado do Paraná nos anos que houve eleição governamental;
- ✓ Avaliar se nos anos eleitorais houve dados discrepantes nos orçamentos anuais, em relação à média de outros anos;
- ✓ Verificar se houve discrepâncias nas contas na relação entre um setor público e outro, nos anos de eleição governamental;
- ✓ Pesquisar fatos ocorridos no Estado do Paraná ao longo dos anos de 1986 à 2010;
- ✓ Buscar determinadas volatilidades das contas públicas paranaense.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Diante o país já ter passado por inúmeras crises políticas e econômicas, e por, de tempo em tempo, ser noticiado sobre corrupções, falhas nos sistemas públicos de diversos setores (educação, saúde, habitação, entre outros) e outros fatores que levam a população a ter dúvidas sobre o correto uso do dinheiro público, torna-se necessário o aumento do conhecimento sobre o orçamento público.

O Paraná é um Estado que tem despertado interesse em muitas pessoas. Segundo Vasconcelos e Castro (1999) o Estado, ao longo dos anos, teve inúmeras transformações no âmbito político e econômico.

A construção de um perfil produtivo com presença maior de setores de bens de consumo durável e de capital; a reestruturação do complexo agroalimentar — em ritmo muito influenciado pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) —; e uma intensa redistribuição patrimonial envolvendo fusões, aquisições e privatização de serviços de infra-estrutura. (VASCONCELOS, CASTRO, 1999, p. 10).

Segundo o IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, a participação do Paraná no PIB (Produto Interno Bruto) em relação ao país foi de quase 6%. Segundo o mesmo, o Paraná está entre os cinco na participação relativa do PIB brasileiro. Assim, a importância de se analisar as contas públicas de tal Unidade de Federação torna-se interessante.

Dessa maneira, o crescimento no interesse e na importância do Estado do Paraná faz com que uma maior abordagem sobre as finanças públicas paranaenses seja interessante aos que querem compreender melhor a política financeira deste.

Do mesmo modo, compreender mais sobre a história do Paraná torna-se importante, pois gera uma maior e melhor compreensão de acontecimentos passados, que podem ocorrer também no presente e no futuro.

A importância que a Gestão Orçamentária tem na carreira profissional do *Controller*, mesmo na gestão pública, é relevante. Segundo Peres e Gomes (2000) a gestão do orçamento público é importante, pois se trata da legalidade dos atos resultantes das arrecadações de impostos, implicando em aumento de receitas e a efetivação das despesas, bem como o controle do cumprimento das metas governamentais, juntamente com a probidade administrativa, e outros fatores importantes para o bom funcionamento da administração pública. Assim, a pesquisa e o estudo da disciplina tornam-se significantes no presente trabalho.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura do presente trabalho compreende, primeiramente, um estudo sobre a Gestão Orçamentária, mostrando sua importância para uma boa administração. Como o estudo é focado no setor público, será abordado o orçamento público, tendo como base referências de Giacomoni (1997). Ainda dentro deste tópico, será tratado sobre a importância do bom planejamento na administração pública, referenciada por Giacomoni (1997) e Silva (2009), principais autores sobre o assunto. No mesmo capítulo serão citadas as principais leis sobre o assunto: LDO - Lei das Diretrizes Orçamentárias; LOA - Lei Orçamentária Anual; e o PPA - Plano Plurianual, que são citados por Rezende (2001). Serão analisados, com citações de Peres e Gomes (2000), os tipos de orçamentos existentes na gestão pública. Será abordado também o início da controladoria pública no Brasil, segundo Giacomoni (1997), e o início da controladoria no Paraná, segundo Jameson (1963).

No subcapítulo seguinte, terá uma exposição sobre a controladoria na gestão pública, exposta por Peres e Gomes (2000), Slomski (2005), Peixe (2000) e Kalife (2004). A seguir, será abordada a transparência pública, segundo Siva (2009), Kalife (2004) e Khair (2000).

Após, serão citados vários argumentos sobre as questões dos *Budget Cycles*, sob o ponto de vista de alguns autores. Finalizando o referencial teórico, irá ser mostrada a história política e econômica sobre a gestão pública paranaense, referenciado por Castro (2005).

No capítulo seguinte, será apontada a metodologia usada para a concretização do presente estudo. Prosseguindo, no capítulo 4 serão feitas algumas análises das contas públicas paranaenses dos anos estudados. Serão feitos cálculos, exames e observações, com o intuito de encontrar pontos divergentes no orçamento público estadual dos anos de 1986 à 2010.

Finalizando o trabalho em capítulo próprio, serão feitas as considerações finais e as recomendações.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A seguir será exposto o referencial teórico do presente estudo, mostrando e citando argumentos sobre os assuntos de controladoria e orçamento público, tendo em vista suas várias vertentes, com a demonstração de leis, opiniões e argumentos sobre o assunto principal da presente monografia.

### **2.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

Devido à mudanças que o mundo vem passando, com inúmeras informações para serem processadas, organizadas e controladas, a contabilidade torna-se essencial na vida de uma empresa, seja pública ou privada. A importância na interpretação de dados financeiros, fiscais e pessoais é indiscutível. Dentro dela, a contabilidade pode ser estudada segundo dois grupos, no critério da forma de gerir: a contabilidade empresarial e a contabilidade orçamentária.

Para dar uma maior ênfase neste último grupo citado, tendo em vista que o foco do presente estudo é a gestão orçamentária, Peres e Gomes (2000) citam a contabilidade orçamentária como sendo uma forma de gerir que algumas instituições utilizam, onde os recursos obtidos são destinados apenas para a cobertura de gastos operacionais e eventuais investimentos. São mais usuais em Associações Cívicas, Condomínios, Governo e Serviços Sociais autônomos (como Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, entre outros).

Assim, será analisado ao longo do presente estudo a gestão e o orçamento público, enfoque da pesquisa em questão.

## 2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO

Segundo Giacomoni (1997), o orçamento público é marcado por uma série de enfoques: políticos, econômicos, contábeis, jurídicos, administrativos, financeiros, etc. Segundo ele, o conceito do orçamento público “tem sofrido significativas mudanças ao longo do tempo, em decorrência da evolução de suas funções, hoje marcadamente diversas daquelas que o distinguiram no passado” (GIACOMONI, 1997,p.59).

No século XIX o orçamento público era uma maneira que o Estado encontrou para controlar politicamente os executivos, além de se preocupar com o equilíbrio financeiro e evitar a expansão dos gastos públicos. O Orçamento público surgiu na Inglaterra, por volta de 1822, onde havia uma demanda crescente por um melhor planejamento dos gastos públicos, já que o aumento da carga tributária era constante. Na época, os impostos eram autorizados anualmente, já que era necessária a verificação aprofundada de cada despesa que eram custeadas com recursos advindos dos impostos (GIACOMONI, 1997).

Foi nessa época que a idéia do *laissez-faire*<sup>1</sup> estava sendo abandonada e o Governo passava a corrigir todo o sistema econômico e a propor formas de desenvolvimento. Assim, o orçamento também passa a ser um instrumento de programação, execução e controle. Contudo, segundo Giacomoni (1997), a importância do gasto público só foi reconhecida a partir da década de 1930, onde começou a ser usado como um instrumento de política fiscal do governo, ou seja, era a partir da execução do gasto público que podia surgir a estabilização ou o crescimento dos níveis da atividade econômica.

### 2.2.1 Planejamento do Orçamento

Houve uma demanda muito grande para que o planejamento se tornasse mais aplicativo. Importante citar o surgimento do PPBS – *Planning, Programming and Budgeting System*<sup>2</sup> – na década de 1960, que buscava aproximar com mais ênfase o orçamento do planejamento, tornando-se um instrumento de grande valia.

---

<sup>1</sup> Expressão francesa, que em português quer dizer “deixar fazer”, “deixar passar”. Era usada para citar a fase do liberalismo econômico francês, para indicar que o governo não podia interferir na maioria das transações econômicas.

<sup>2</sup> Expressão que em português quer dizer “Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento”.

A nova concepção ambiciosa integra de forma sistemática: os diagnósticos e prognósticos, os objetivos, a análise de cursos alternativos, os programas e projetos com suas metas, os recursos a serem empregados, a indicação de custos, bem como os esquemas de avaliação e controle. O planejamento teria papel mais saliente em todo o processo, e isso seria possível devido ao estágio alcançado pelas modernas técnicas de informação que visam auxiliar a análise e a tomada de decisões. (GIACOMONI, 1997, p. 63)

Porém, alguns problemas foram surgindo com a implantação do PPBS. A queda de novos empreendimentos ocorreu devido à crise econômica, à falta de mão de obra especializada e à intervenção política, pois o poder Legislativo via com desconfiança um orçamento proposto pelo poder Executivo. Assim, o insucesso de tal plano foi ocorrendo, porém, não houve a volta do orçamento tradicional. O PPBS continuou sendo uma forma de administrar, cumprindo várias funções. Contudo, tais funções são as que vêm sendo alteradas, devido à mudanças na importância dada ao longo dos anos (GIACOMONI, 1997).

A importância do planejamento dentro do orçamento público também é ressaltada por Silva (2009), que defende que o processo da elaboração do orçamento é de suma importância para o fator transparência, ou seja, os objetivos e o modo que será feito para o alcance das metas devem estar claros para a sociedade. Segundo o autor, o planejamento deve considerar os seguintes princípios:

- Racionalidade e Razoabilidade: diante inúmeras alternativas que irão ser sugeridas, deve-se estudá-las e rejeitar as que não serão convenientes, a fim de se aproveitar melhor os recursos disponíveis sem ferir o objetivo central do orçamento;
- Previsão: Análise de ações que levarão ao alcance dos objetivos, a previsão dos recursos disponíveis e o controle das ações;
- Universalidade: engloba uma série de fatores a fim de verificar a evolução do trabalho, previsão do que acontecerá e todas as análises dos objetivos estabelecidos;
- Unidade: A constituição estabelece que os planos devem estar coordenados e interligados;.
- Continuidade: como o setor público é responsável em levar à população diversos serviços de modo ininterrupto, seu planejamento deve atender à mesma premissa;
- Aderência: o planejamento deve estar ligado aos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Importante ressaltar que a Constituição de 1988 estabeleceu como planejamento público o Plano Plurilateral, que, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual formam os componentes básicos para a estruturação da planificação. O primeiro tem como base um planejamento estratégico que:

(...) compreende as diretrizes e interações que relacionam o presente ao futuro da organização e que vão tornando harmônicas as medidas adotadas em direção a uma estrutura idealizada. (SILVA, 2009, p.176).

A Lei das Diretrizes Orçamentárias, segundo Kalife (2004), tem como alvo apresentar um esboço do artigo 165, §2º,<sup>3</sup> e tem como objetivo a definição e a quantificação de metas físico-financeiras, de acordo com as ações previstas no PPA. Também tem como meta definir prioridades na efetivação do orçamento de um exercício. Estabelece ainda a política tributária e de pessoal para o exercício imediato e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e, finalmente, planeja orientações à lei orçamentária para a conservação ou a aquisição do equilíbrio fiscal e das contas públicas.

O Plano Plurilateral formula, de forma regionalizada, objetivos, metas e diretrizes das despesas de capital e de programas de duração continuada. Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual têm como base o Planejamento Operacional que “refere-se às diretrizes e interações presentes que, com base na situação atual e tendo em vista os recursos disponíveis, procura maximizar os resultados no período” (SILVA, 2009, p.178).

Assim, tal planejamento compreende mensurar a eficiência de cada unidade administrativa do Governo como um todo, dimensionando as dificuldades ao mesmo tempo em que formula soluções e objetivos de curto prazo.

#### 2.2.1.1 Leis de Planejamento Orçamentário

O poder executivo tem como uma de suas competências a administração das Leis Orçamentárias: Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual. Esta última institui o planejamento do orçamento público no médio prazo (quatro anos – duração do mandato do governo). A Lei das Diretrizes

---

<sup>3</sup> Dos Orçamentos. Art. 165, §2: “A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”. (BRASIL, Art. 165, §2, Constituição de 1988, Seção II).



Orçamentárias estabelece uma conexão entre o plano e o orçamento anual e a Lei Orçamentária Anual é o próprio orçamento, como todas as projeções demandadas. A LDO deve estar de acordo com a PPA e a LOA deve estar de acordo com a PPA e a LDO (REZENDE, 2001).

O poder executivo tem a necessidade de enviar o projeto do PPA ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato presidencial, para ser implementado a partir do ano seguinte até o final do primeiro ano do mandato do presidente posterior. Isso acontece, segundo Rezende (2001), com o objetivo de dar continuidade administrativa entre uma gestão e outra.

Já a LDO tem que ser enviada ao Congresso até 15 de abril, anualmente. Esta tem a finalidade de organizar os objetivos para o orçamento ser elaborado com precisão.

A LOA é enviada ao Congresso até o dia 31 de agosto, anualmente também. Nela estão inclusos o orçamento fiscal, o orçamento de seguridade social e o orçamento de investimento de empresas públicas.

### 2.2.3 Tipos de Orçamento Público

Para que uma gestão orçamentária seja classificada, segundo Peres e Gomes (2000), depende do regime político que o governo está inserido, juntamente com a forma e sistema que o governo está seguindo, ao período de sua vigência, além dos objetivos governamentais.

Primeiramente, é citado o tipo de orçamento referente à concepção. De acordo com Peres e Gomes (2000), há o orçamento legislativo, o orçamento executivo e o orçamento misto. O primeiro é utilizado quando o Parlamento é responsável pela elaboração e aprovação da Lei Orçamentária. No orçamento executivo a elaboração é feita nas unidades administrativas e sua análise passa pelo chefe do Poder Executivo. No orçamento misto a administração orçamentária tem as participações dos poderes Executivo e Legislativo, e é usado em todos os países que adotam o Sistema Presidencialista (PERES; GOMES, 2000).

O poder Executivo tem a função de preparar a proposta orçamentária, administrando as contas e gastos públicos. O poder Legislativo recebe a proposta do poder Executivo, estuda e analisa para poder aprovar e repassa novamente para o poder Executivo que fará a publicação da Lei Orçamentária. Assim, este fará a execução financeira do orçamento. O governante, cuja função é a administração do

Estado, após seu mandato, faz a prestação de contas de sua gestão abrangendo todas as contas tanto dos poderes do Estado quanto do Ministério Público, e assim as encaminha para serem analisadas pelo Parlamento (PERES; GOMES, 2000).

É citado também, pelos autores, o tipo de orçamento referente à periodicidade. Neste, existem o orçamento anual e o Plano Plurianual. O primeiro é exercido pelo governo em um determinado exercício financeiro e possui três subcategorias: o orçamento fiscal, que é designado a eventuais auxílios nas atividades fundamentais e sociais; o orçamento da seguridade social, que se destina a auxílios nos setores de saúde pública, assistência e previdência social; e o orçamento de investimento das empresas estatais, que designa a manutenção e aprimoramento das empresas públicas. No Plano Plurilateral tem-se uma maior programação destinada a determinados projetos de desenvolvimento setorial para ser usada em determinada gestão governamental. Sua duração está de acordo com o tempo de mandato do administrador do Estado.

É visto também o tipo de orçamento quanto à objetividade, ou seja, é o orçamento provisionado para atingir certos objetivos e metas do governo. Neste tipo tem-se o orçamento-meio e o orçamento-fim. O primeiro aborda sobre os meios financeiros necessários para que o Governo alcance determinado objetivo orçamentário. O segundo trata de uma evolução do chamado “orçamento de desempenho”, onde este era tratado de acordo com as metas estabelecidas em determinada gestão governamental, e estava ligado ao planejamento estratégico (PERES; GOMES, 2000).

#### 2.2.4 O início orçamentário brasileiro

Um dos fatores econômicos mais evidentes no século XX foi o crescimento das despesas públicas. No Brasil notou-se tal crescimento principalmente após a Segunda Guerra Mundial, tendo como fator gerencial o aumento da população (GIACOMONI, 1997). Desse modo, o avanço da participação do Estado na economia tornou-se essencial para a sobrevivência da administração pública.

Buscando um pouco na história brasileira, sabe-se que já na Inconfidência Mineira havia um descontentamento em razão das altas cargas tributárias que existia na época. Segundo Giacomoni (1997), com a vinda do rei D. João VI, o país viu a necessidade de uma melhor e maior administração de suas finanças. Porém, com a abertura dos portos, um maior disciplinamento na cobrança de impostos

aduanheiros era inevitável. Assim, em 1808 foi criado o regime de contabilidade juntamente com o Erário Público (Tesouro).

As primeiras elaborações de orçamentos públicos, por parte de instituições imperiais, surgiram na Constituição Imperial de 1824. Teria que ser apresentado um balanço geral das receitas e despesas do Tesouro Nacional, anualmente, bem como um planejamento das finanças públicas no ano seguinte. Segundo Giacomoni (1997), na época havia uma certa deficiência de mecanismos que suportassem todo o controle financeiro do Tesouro Nacional, e com isso as dificuldades para se fazer um bom trabalho era grande. A distribuição de tarefas entre os poderes do Governo causava um certo conflito.

Foi na Constituição de 1891, com a Proclamação da República, que essa questão ficou mais organizada. A distribuição de competências em relação ao orçamento ficou por conta do Congresso Nacional. Um Tribunal de Contas foi instituído para a assistência desse trabalho, e como as antigas províncias transformaram-se em Estados Nacionais, estes, juntamente com os municípios, começaram a ter também certa autonomia na questão das finanças e administração pública.

No ano de 1922 foi aprovado o Código de Contabilidade da União (GIACOMONI, 1997). Tal medida possibilitava à União administrar melhor todos os processos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, entre outros. Com esse código, era atribuído ao poder Executivo distribuir para o Legislativo todas as informações necessárias para que este conseguisse trabalhar na lei orçamentária.

Em 1930 houve a revolução que deu fim com o predomínio das oligarquias no cenário político do país. Tal passagem histórica contou com uma série de conjunturas que explicavam o acontecimento. Com a crise mundial do sistema capitalista, Getúlio Vargas interviu no Estado e centralizou a maior parte das funções públicas, finalizando com a autonomia dos Estados e municípios, juntamente com o federalismo da Constituição de 1891 (GIACOMONI, 1997). Uma nova constituição foi outorgada em 1934, onde o fator orçamento público passou a ser tratado com mais prioridade, no qual a elaboração da proposta orçamentária era feita pelo presidente da República.

Uma nova constituição foi gerada com a entrada do autoritarismo do Estado Novo. De acordo com Giacomoni (1997), as propostas orçamentárias seriam formadas por um departamento administrativo para serem aprovadas pela Câmara

de Deputados e por um Conselho. Porém, o orçamento acabava sendo elaborado e aprovado por uma mesma pessoa – o chefe do executivo.

O pouco que restava de autonomia nos Estados e municípios foi abolida por completo no regime do Estado Novo. O presidente da República passou a nomear os governadores estaduais, e estes a nomear os prefeitos municipais. Houve também a criação de um setor administrativo cuja função era aprovar e fiscalizar os projetos de orçamentos do Estado e dos Municípios.

Em 1946 houve mais uma mudança: o poder Executivo passou a elaborar os projetos de lei orçamentária e o poder legislativo fazia as análises e aprovações (GIACOMONI, 1997).

No ano de 1967 houve mais uma Constituição outorgada que deu bastante importância ao orçamento público com novas normas e princípios, inclusive com o término dos direitos do poder Legislativo quanto a emendas que aumentassem as despesas.

#### 2.2.5 Gestão pública estadual

Depois de visto, resumidamente, o processo de evolução da gestão orçamentária no país, é importante apresentar no presente estudo um histórico sobre os orçamentos estaduais.

Segundo Jameson (1963), o desenvolvimento das elaborações dos orçamentos nos Estados brasileiros pode ser classificado em três períodos: período do empirismo, da técnica formal e da técnica de conteúdo. O primeiro é um período que prevaleciam os orçamentos organizados com base na rotina, sem preocupações de ordem técnica. Nessa época eram comuns as improvisações as receitas e as despesas públicas. Cada estado tinha seu modo de elaborar sua contabilidade. Era comum alguns Estados copiarem de outros Estados certos aspectos da classificação de algumas contas. Contudo, as informações dos orçamentos estaduais não eram satisfatórias:

Alguns Estados apresentavam orçamentos razoavelmente inteligíveis, atendendo, assim, as exigências do princípio orçamentário da clareza. Todavia, freqüentemente, as cifras impressas no papel não correspondiam, na prática, às suas destinações. Nenhum Estado possuía um serviço especializado permanente para elaborar seu orçamento. Na verdade, os orçamentos eram elaborados de afogadilho e por funcionários estranhos ao

assunto, nas vésperas de sua transmissão ao Legislativo (JAMESON, 1963, p.62).

No segundo período, ainda sob o ponto de vista do mesmo autor, em 1937, quando criado o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, fez-se um estudo da conjuntura econômica financeira de todos os Estados brasileiros. Tal estudo analisava as contas estaduais de mais de 10 anos (ou seja, a partir de 1920), o que levou o Governo a tomar medidas de caráter político - financeiro que iniciou a adoção de um padrão orçamentário a ser usado por todos os Estados, e também por municípios brasileiros. Porém, tal padronização só foi implantada dez anos depois, em 1940. Assim uma padronização para a elaboração de orçamentos estaduais e municipais foi criada, e foram fixadas normas financeiras e contábeis.

(...) atingiu, como ficou dito, principalmente o aspecto formal dos orçamentos e balanços e representou um passo gigantesco para, num futuro próximo, melhorar seu conteúdo. Aliás, não é demais lembrar que o conteúdo do orçamento está em função do grau de politização de cada país. (JAMESON, 1963, p.64).

O terceiro período, segundo Jameson (1963), chamado de período da técnica de conteúdo, caracterizou-se por ter um órgão especializado para a elaboração dos orçamentos. Tal órgão era responsável por analisar, criticar, coordenar e ajustar os orçamentos, de acordo com as políticas econômicas, objetivando sempre atingir o menor gasto possível. Desse modo, os fatores administrativos e financeiros dos Estados começaram a ter suas devidas atenções.

De um lado a crescente pressão popular pela ampliação e o melhoramento dos serviços públicos existentes e a criação de novos serviços e, de outro lado, a dificuldade da obtenção de recursos suficientes para financiar os referidos serviços, são fatores ponderáveis que estão começando a influir estadistas, políticos e administradores a darem a devida atenção ao planejamento administrativo e ao seu financiamento, através do orçamento público. (JAMESON, 1963, p.65).

### 2.3 CONTROLADORIA NA GESTÃO PÚBLICA

A controladoria na gestão pública sempre teve como objetivo controlar, administrar e registrar as receitas e despesas do Governo. Porém, o Estado e a sociedade vivem em desacordo desde os primórdios. Assim, uma das principais

funções do *controller* em órgãos públicos é não somente administrar as arrecadações e os gastos, mas sim demonstrar para a sociedade os resultados obtidos. É necessário mostrar o quanto foi gasto, quais e quantos foram os serviços prestados, a receita econômica que foi produzida e os resultados econômicos de toda a organização.

Segundo Slomski (2005) um tema bastante relevante quando se trata da administração pública é a transparência que precisa ser levada para a população. Para ele, a Lei da Responsabilidade Fiscal é de suma importância na hora de transparecer todos os gastos públicos. Tal Lei, em seu art. 50, inciso VI, §3º diz que “a Administração pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária financeira e patrimonial.” (SLOMSKI, 2005, p.15).

A controladoria da Gestão Pública tem como finalidade principal acompanhar e verificar toda a administração Pública. Diante disso, são incluídos como objetivos verificar a legitimidade dos resultados da arrecadação das receitas e da concretização das despesas e seus desdobramentos em débitos e créditos públicos; a lealdade dos funcionários responsáveis pela guarda dos bens públicos; a implementação das metas estabelecidas no ato do planejamento do orçamento, analisando sempre as propostas enviadas e aprovadas pelo Parlamento com os fatores que de fato foram realizados; a probidade administrativa, ou seja, a transparência nas repartições administrativas e o seu aprimoramento no atendimento à população (PERES; GOMES, 2000).

Dentro da controladoria no Governo existe o controle interno e o controle externo. O controle interno, exercido pelo Poder Executivo, leva em conta observar se os gastos de cada setor governamental estão equilibrados, ou seja, se o comprometimento com as despesas está dentro de suas capacidades de pagamento. É avaliado também se os resultados obtidos estão de acordo com o que fora planejado. Tal avaliação é feita em dados físicos, como o número de leitos hospitalares, número de salas de aula, entre outros. Também são feitos registros contábeis de todas as operações da execução orçamentária e extra-orçamentária, para que os *controllers* consigam passar de maneira clara e transparente toda a prestação de contas, que é analisada pelo Tribunal de Contas. Também é considerada a eficiência dos procedimentos adotados pelos responsáveis por bens e valores da gestão governamental (PERES; GOMES, 2000).

O controle externo é responsável pela verificação posterior das ações tomadas pelos agentes públicos relacionados a gestão, com o objetivo de verificar a legalidade, a probidade administrativa e o cumprimento da Lei Orçamentária. É responsável também por realizar determinadas auditorias com terceirizados, administração indireta, e também para avaliar a prestação de contas da gestão estatal, entre outras atividades previstas na Constituição e na Lei Orgânica da Corte de Contas. Todo esse controle chamado externo é exercido pelo poder Legislativo, com a ajuda do Tribunal de Contas, na esfera do poder da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pois algumas capitais estaduais mais populosas possuem suas próprias Corte de Contas. Nos outros municípios que não possuem tal serviço, o Parlamento local pode dispor de peritos contábeis para execução da atividade (PERES; GOMES, 2000).

Peres e Gomes (2000) ainda citam outros conteúdos importantes para o bom funcionamento do controle externo: dentro da atividade existem algumas peças básicas, como alguns relatórios contábeis requeridos pela Lei Federal nº 4.320/1964 ou por regulação específica do Estado ou município. São relatórios da gestão, demonstração das variáveis patrimoniais, balanço patrimonial e outros documentos contábeis. Abrangendo mais um pouco, os relatórios da gestão são estudos sobre as realizações do Governo, como o atendimento à sociedade, obras cumpridas, execuções orçamentárias e casos de que foi preciso fazer um orçamento extra de maior importância. As demonstrações das variações patrimoniais são estudos da formação do resultado patrimonial, ou seja, as origens e aplicações, de aspecto qualitativo e quantitativo do Patrimônio. Os documentos contábeis são basicamente relatórios referentes às ocorrências de natureza orçamentária, financeira e operacional.

Ainda dentro do controle externo, existe a tomada de contas, a qual é um procedimento em que pessoas de fora fazem verificações, análises e estudos para averiguar os valores informados em balanços, estoques, saldo de caixa e eventuais irregularidades devido a omissões de prestação de contas, de acordo com o Tribunal de Contas ou de autoridade competente. Há também a implantação de uma auditoria externa, que ocorre na maior parte dos municípios não dotados de Tribunal de Contas. Assim, a Câmara Municipal contrata auditores independentes para executarem uma análise aprofundada da prestação de contas anual do Prefeito, ou em outros casos que julgarem necessários (PERES; GOMES, 2000).

Segundo Peixe (2000) a busca por controlar e registrar algo está no fato do crescimento econômico de uma determinada atividade. No que tange às atividades Estatais, é vista tal necessidade, principalmente porque existe um atraso no desenvolvimento técnico dos controles necessários. Para o autor, existem dois tipos de controle: o político e o financeiro. Sobre o primeiro, são citados alguns exemplos da Constituição Federal, que diz sobre competências do Congresso Nacional e do Senado em expressar atos do Poder Executivo, por exemplo; também sobre a não autorização de aquisição de empréstimos, acordos externos e operações, de âmbito Estadual e Municipal; entre outros casos em que o Poder Legislativo avalia as ações do Poder Executivo. Sobre o controle financeiro, Peixe (2000) cita que um dos controles é o externo, que “objetiva comprovar a probidade da administração e a regularidade da guarda e o emprego dos bens, valores e dinheiros públicos e, ainda, a fiel observância da Lei Orçamentária (PEIXE, 2000, p.99)

Ainda segundo o autor, um dos objetivos principais da democracia é a confiabilidade que o Governo tem perante seus cidadãos. E isso se dá com a escolha da população dos seus governantes nas urnas. No entanto, a responsabilidade adquirida está muito acima do que somente enfrentar a sociedade em épocas eleitorais. O Governo é responsável pelo bom gerenciamento das áreas orçamentária, financeira e administrativa. O eleitorado necessita saber sobre o seu trabalho, para pode avaliar sua escolha.

Assim, o Governo deve informar, publicamente, alguns aspectos descritos a seguir, até mesmo pela obrigatoriedade da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- escolher a política a ser seguida, as dificuldades que podem enfrentar nessa escolha e os seus efeitos no curto, médio e longo prazo;
- durante a execução da política escolhida, devem acompanhar e avaliar os resultados obtidos;
- apresentar todos os acompanhamentos feitos da execução orçamentária;
- comprovar todo o comportamento da arrecadação;
- esclarecer sobre os principais serviços e bens oferecidos aos cidadãos;
- demonstração dos relatórios contábeis e financeiros;
- explicação sobre a arrecadação e aplicações feitas dos recursos;
- listar, de forma fidedigna, as atividades em função da obrigatoriedade estabelecida na legislação pertinente;



- apresentar soluções para a correção de problemas sobre as políticas de arrecadação;
- padronizar a avaliação do desempenho previsto e realizado;
- esclarecer certas divergências obtidas diferentes das previstas.

Conforme Peixe (2000), a realidade de hoje é que os relatórios financeiros e contábeis mostram inúmeras informações fundamentais para acompanhar os programas e conseguir um melhor planejamento dos programas e orçamentos. Diz ainda que na maioria das vezes não se vê a melhoria no processo decisório ou na realização de auditorias, pois os bens do Ativo e as obrigações do Passivo não se mostram de modo claro. A arrecadação das receitas e os retornos de investimentos, por exemplo, não ficam evidentes.

O que se percebe nos últimos anos é o alongamento de algumas dívidas que perpassam de governo para governo, sem que a sociedade tenha clareza dessas medidas em face de se empurrar os problemas para gestores futuros. (PEIXE, 2000, p. 195).

Nos dias de hoje é mais comum ver o próprio Congresso Nacional acompanhando tal questão. Com a Lei da Responsabilidade Fiscal ficaram mais claras as responsabilidades dos gestores (PEIXE, 2000).

Segundo Kalife (2004), após a implementação do Plano Plurilateral, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, o governo deve sempre quantificar financeiramente as metas e objetivos por períodos de tempo, e é importante que haja uma mudança de mentalidade, para sempre haver uma continuidade dos programas, independente dos períodos de governo.

A Constituição Federal aconselha a implantação de um sistema integrado de controle interno. Assim, a auditoria e a contabilidade devem estar vinculadas a um órgão central de controle, no que o autor denomina de Controladoria ou Contadoria e Auditoria Geral.

O controle passará a abandonar, de modo gradual, o exame das formalidades para direcionar seus esforços ao exame e análise dos aspectos finalísticos. As experiências já adotadas nesse particular revelam que um sistema de controle com tal estrutura tem mais facilidade de gerar relatórios sobre a economicidade, a eficiência e a eficácia das ações de governo. (KALIFE, 2004, p.8)

Assim, segundo o autor, a Constituição normatiza que, para a implantação da controladoria, tem que apresentar as seguintes atribuições:

- Prestar contas anualmente para o poder Legislativo, através do Tribunal de Contas;
- Através de documentos e relatórios, colaborar no processo decisório;
- Aprimorar o uso dos sistemas tradicionais de controles financeiro, orçamentário e patrimonial, definindo indicadores econômicos, financeiros e sociais, a fim de melhorar o processo decisório.

## 2.4 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

A transparência nos atos públicos é um termo muito empregado, principalmente em países que se tem a democracia como âmbito político. No campo fiscal, por exemplo, a população procura saber da legalidade da aplicação dos serviços públicos. Segundo Silva (2009) a transparência é um dos fundamentos da democracia representativa, estimulando a participação da sociedade. No entanto, segundo o autor, tal tema ainda não alcançou o ponto ótimo, pois, muitas vezes, os atores políticos podem ser impulsionados a manter em segredo alguns assuntos sobre o orçamento público, principalmente no que se refere ao modo que se empregam os recursos nos segmentos sociais e econômicos, com a finalidade de conseguirem benefícios nas próximas eleições.

Como os recursos são escassos e as demandas da sociedade são amplas, fica caracterizado que a ideia de transparência está sempre ligada a ações de curto prazo que revelam uma estreita ligação com os ciclos políticos orçamentários (*political budget cycles theory*), em que os tomadores de decisão preocupam-se em demonstrar sua competência administrativa no curto prazo com o objetivo da obtenção de um certificado dos Tribunais de Contas como uma espécie de salvo conduto a ser apresentado durante o processo eleitoral. (SILVA, 2009, p.341).

Pensando um pouco mais na transparência pública, em 2000 o Governo Federal decretou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, segundo Khair (2000) tem como principal característica a “obrigatoriedade da transparência do planejamento e da execução da gestão fiscal”. Segundo o autor, a interação entre Governo e sociedade é peça fundamental para o bom funcionamento da máquina pública. A referida Lei traz para a população uma maior transparência por parte do Governo

por meio da prestação de contas e dos relatórios de gestão, estimulando também a participação da sociedade nas elaborações orçamentárias.

Uma maior eficiência na ação governamental é alcançada através de uma maior fiscalização e de uma melhor distribuição e cobrança dos impostos. Assim, as despesas serão melhores selecionadas e controladas, reduzindo custos desnecessários.

Poderão ser postergadas obras não tão essenciais, estabelecidas parcerias com o setor privado, estimulada a participação da população em mutirões e criados e/ou desenvolvidos planos comunitários que darão maior eficiência à ação governamental, contribuindo para o aprimoramento da gestão fiscal e permitindo um volume maior e mais seletivo de realizações na cidade. (KHAIR, 2000, p.63).

Segundo o autor, a Lei de Responsabilidade Fiscal objetiva um maior controle e redução das despesas públicas, principalmente despesas com pessoal, serviços terceirizados e despesas obrigatórias de caráter continuado. Uma das maiores vantagens da Lei é impedir heranças fiscais, ou seja, dívidas assumidas em gestões anteriores que a atual tenha que assumir. Assim, ficou estabelecido que é vetado o aumento de salários no final do mandato, bem como contratação de obrigações que não possam ser pagas com recursos do próprio mandato (KHAIR, 2000).

O equilíbrio fiscal é estabelecido com a referida Lei, pois determina regras para o ajuste de despesas e dívidas públicas em níveis compatíveis com as receitas de cada ente da Federação, implicando na participação de todos os poderes.

Conforme Kalife (2004), a Lei de Responsabilidade Fiscal tem como objetivo a gestão fiscal responsável que deverá, acima de tudo, ter um cuidadoso planejamento, e o seu cumprimento deverá buscar o equilíbrio das contas públicas, prevenindo riscos e corrigindo anormalidades verificadas, procurando sempre o cumprimento das metas propostas e, contudo, ter sempre a transparência nos atos de administração pública.

O governante deverá estar atento para que nenhum gasto seja realizado sem planejamento orçamentário ou eventuais compensações com aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa. Um dos principais méritos da Lei de Responsabilidade Fiscal é obrigar o administrador a manter atenção gerencial. (KALIFE, 2004, p. 13).

No que tange ao planejamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê a elaboração de quatro anexos que deverão acompanhar a LDO – o Anexo das metas

fiscais, o Anexo dos riscos fiscais, de compatibilidade do orçamento com os objetivos e com as metas fiscais e de Política Econômica. (KALIFE, 2004).

## 2.5 BUDGET CYCLES

Nos últimos anos o termo *Budget Cycles* tem se tornado comum quando o assunto é política, economia e orçamento público. A expressão, que em português significa “ciclos orçamentários” é assunto de muitas teses e artigos. O assunto diz respeito a eventuais discrepâncias que existem no orçamento público em anos eleitorais.

Segundo Nakaguma e Bender (2010), baseado em experiências mundiais, os déficits orçamentários se elevam e a tributação se reduz nos anos eleitorais, principalmente nos países em desenvolvimento. Segundo os autores, diversos estudos mostram que no Brasil o gasto público aumenta intensamente em épocas de eleição.

De um lado, os modelos de ciclos políticos ressaltam a idéia de que as manipulações eleitoreiras servem para sinalizar a competência administrativa dos governantes, uma vez que somente políticos realmente aptos seriam capazes de produzir tais ciclos. Por outro lado, os modelos de controle eleitoral enfatizam a possibilidade de que os ciclos eleitorais sejam induzidos, ao menos em parte, pela ausência de um monitoramento político adequado por parte dos eleitores, que, neste caso, seriam incapazes de identificar e punir manipulações fiscais oportunistas. (NAKAGUMA; BENDER, 2010, p.4).

Para Barberia e Avelino (2009) os ciclos políticos tornam-se mais evidentes em países em desenvolvimento, como os da América Latina. Em tais países, os Governos são marcados por episódios de muita volatilidade econômica, gerando adoções dolorosas de estabilização, fazendo com que os eleitores decidam seus votos através das medidas tomadas. Segundo os autores, os eleitores escolhem seus representantes analisando as variáveis econômicas. Salientado que as eleições são multipartidárias, é argumentado que ocorrem mudanças de âmbito fiscal nas épocas eleitoreiras. “Ciclos políticos orçamentários parecem estar ligados a reduções nos esforços dos governos para arrecadar impostos e demonstrar uma maior responsabilidade fiscal.”<sup>4</sup> (BARBERIA E AVELINO, 2009, p.26). Ou seja, o estudo que os autores fizeram evidenciou que a política dos ciclos orçamentários

---

<sup>4</sup> Texto original: “*Political budget cycles appear to be linked to reductions in the efforts of governments to collect taxes and demonstrated greater fiscal responsibility*”

pareceu estar mais ligada no fato da preocupação do Governo em demonstrar, com uma maior transparência, a questão dos impostos, ao mesmo tempo que tenta abaixá-los.

Já para Preussler e Portugal (2002) os ciclos políticos regem sob o aspecto macroeconômico, ou seja, nos índices de inflação, renda, consumo e também nos instrumentos de política econômica. Para os autores, tais medidas são chamadas de oportunismo político. Segundo estudos econométricos, evidenciou-se que nos anos em que houve eleição havia uma tendência de crescimento do produto e redução das taxas de desemprego e inflação, satisfazendo as necessidades econômicas dos eleitores<sup>5</sup>.

Os resultados indicaram uma tendência de queda da taxa de inflação nos 6 meses que antecedem as eleições. Como os responsáveis pela política econômica sabem que o eleitor tem grande aversão à inflação, eles concedem maior atenção ao controle dessa variável antes da votação. (PREUSSLER; PORTUGAL, 2002, p.15).

Os autores também fazem menção ao fato que, em épocas eleitorais, os chamados *policymakers* manipulam os dados econômicos. Segundo os mesmos, é muito comum se ver a taxa de inflação ser alterada, através de congelamento de preços, adiamento do aumento dos serviços públicos ou a valorização da taxa de câmbio.

Conforme Bittencourt (2002) em anos pré eleitorais, os políticos criam condições favoráveis na economia na espera que o eleitorado perceba tais mudanças e lhes dê a devida retribuição – a sua reeleição, ou a continuidade do partido que apóia. Mesmo que, posteriormente às eleições a economia volte ao seu patamar inicial, ou até em situação pior.

A possibilidade de haver mudanças dos ocupantes dos cargos políticos pode ter efeitos tanto sobre instrumentos de política econômica quanto sobre os agregados macroeconômicos ou variáveis - resultados. Para o detentor do cargo público o importante não é o tamanho do mandato em si, mas sim o conhecimento que ele dispõe em relação a possibilidade de ser substituído no futuro. De uma maneira mais rigorosa, o que acaba importando, em última análise, é o conhecimento da capacidade de influenciar essa possibilidade de se manter no cargo. (BITTENCOURT, 2002, p. 11).

---

<sup>5</sup> A pesquisa em questão foi feita com dados referentes aos anos de 1980 a 2000.

O autor denomina de partidário aqueles políticos cujo objetivo principal é a implantação de algum programa, e de oportunistas àqueles cujo objetivo é manter-se no cargo. Os oportunistas, quando estão ocupando o mesmo cargo, sendo de ideologias diferentes irão escolher políticas iguais ao enfrentarem situações iguais. Os políticos partidários e de ideologias diferentes optarão por políticas diferentes mesmo em situações iguais. São classificados também em tradicionais, os quais são àqueles que não adotam comportamento racional, e os racionais, que são os que adotam.

As eleições são o meio pelo qual se cria o vínculo dos eleitores com os políticos. Elas possibilitam ao eleitorado a escolha do candidato que lhes parece mais competente aos seus pontos de vista, ou os que mais se aproximam de suas ideologias. Servem ainda de penalidade para aqueles administradores públicos que foram fracos em seus mandatos. (BITTENCOURT, 2002).

Em seu trabalho, Bittencourt mostra como o ciclo eleitoral gera um ciclo orçamentário. São usados alguns modelos econométricos para explicar tal evidência. Assim, o autor supõe que uma parcela da população esteja informada, ou seja, ela observa, nos períodos eleitorais, os gastos, os impostos e o endividamento antes de decidir seu voto, enquanto a outra parcela está desinformada, ou seja, somente observa àquelas mudanças que as afetam diretamente. Assim, tal suposição torna-se aceitável, pois, “uma vez que o governo pode (através de técnicas engenhosas de contabilidade) obstruir a habilidade do eleitor de avaliar a necessidade do endividamento” (BITTENCOURT, 2002, p. 37). No entanto, mesmo que a população tenha acesso livre à mídia, as informações não são processadas igualmente entre todos, bem como as notícias podem chegar por meio de um ou mais recursos (jornais, televisão, rádios), além de precisarem de tempo. Nenhum desses fatores são distribuídos igualmente entre a população.

Já para o lado do administrador público, o autor assume que os políticos (ou partidos) têm uma utilidade do consumo de bens da mesma maneira que a população, pois também são usuários. Entretanto, quando estão no poder público, eles têm um ganho adicional chamado de “renda ego”, que pode ter vários conceitos, como, por exemplo, um benefício não-monetário pela honra de assumir a chefia do Executivo, como também de abusar do cargo para obter ganhos privados. Em seu modelo econométrico, num determinado período o administrador determina um imposto e um endividamento. Porém, além de tais determinações, há também

que ter competência administrativa para evitar desperdícios no processo orçamentário.

## 2.6 SETOR PÚBLICO PARANAENSE

Segundo Castro (2005), não existe registro algum de quando exatamente o setor público paranaense teve início. O que se sabe um pouco é sobre sua evolução. Na década de setenta, quando houve inúmeras mudanças econômicas, territoriais, sociais, entre outras, o Paraná sofreu influência disso e seu Governo passou por uma série de transformações. Em 1974, o Sistema de Planejamento Paranaense foi incorporado à gestão Pública, que abrangia a Coordenação de Planejamento Estadual, os Grupos de Planejamento Setoriais nas secretarias do Governo e um instituto de pesquisa, vinculado ao Ministério do Planejamento – o IPARDES. O primeiro teria como objetivo a elaboração do Plano de Governo e a administração dos planos setoriais. Foi de extrema importância a sua criação, já que as contínuas mudanças que o País e o Estado estavam passando eram marcantes.

Nessa mesma década houve uma importante participação do Badep – Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná. O processo de industrialização que o Estado passara teve a ajuda de tal órgão, que era responsável por repassar os recursos obtidos junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, junto também com bancos internacionais (CASTRO, 2005).

Após o período brasileiro chamado de “milagre econômico”, o acontecimento das urbanizações se acelerou. Assim, com isso cresceram também as taxas de urbanização. A partir de 1974, o Governo Federal então passou a implantar vários programas de desenvolvimento nas cidades. No mesmo ano, existiu a criação da Comec – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

O desenho institucional do setor público estadual tendia a reproduzir a estrutura federal, para, assim, construir relações intergovernamentais que, por meio de financiamentos, permitissem superar restrições fiscais decorrentes do centralismo autoritário e ampliar a capacidade de gasto. Em consonância com as metas federais, a Comec considerava como serviços de interesse metropolitano saneamento básico, uso do solo, aproveitamento de recursos hídricos, controle da poluição ambiental, entre outros, áreas da infra-estrutura social. (CASTRO, 2005, p.96).

Desse modo, a partir desse ano de 1974, começou uma reestruturação de todos os serviços básicos para a população. Houve planos para a habitação e financiamentos de lotes urbanizados, plano de saneamento básico, coordenado pela Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná), e foram vistas muitas mudanças

consideráveis no âmbito da educação e saúde, foi modernizado o Departamento de Geografia, dando ênfase no Instituto de Terras e Cartografia, para regularizar posses de terras próximas da fronteira com o Paraguai, e enfatizando a urbanização do Estado. Assim, notou-se uma mudança considerável na gestão pública paranaense (CASTRO, 2005).

### 3 METODOLOGIA

O método que foi utilizado para a elaboração da monografia foi pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (1991 *apud* Silva e Meneses, 2001) o primeiro é identificado a partir de materiais que já foram publicados, sendo livros, artigos e materiais disponíveis na internet. O segundo é composto por materiais que, segundo os autores, “não receberam tratamento analítico”, ou seja, está restrita a documentos, escritos ou não (fontes primárias).

Tal pesquisa foi feita com a finalidade de coletar dados quantitativos e qualitativos. Segundo os mesmos autores, uma abordagem quantitativa contempla tudo aquilo que poderá ser quantificável através de números, ou seja, informações estatísticas. Dados qualitativos abordam a interpretação de fenômenos.

A abordagem da pesquisa foi descritiva e explicativa. De acordo com Gil (1991 *apud* Silvia e Meneses 2001) uma pesquisa descritiva tem como característica descrever fenômenos, acontecimentos ou fatos. Uma pesquisa explicativa objetiva identificar fatos que contribuíram ou foram determinantes para a ocorrência de determinado evento. No presente estudo foram coletados dados numéricos referentes às contas públicas do Estado do Paraná, tabulando os mesmos e aplicando cálculos estatísticos e contábeis para facilitar a análise das eventuais discrepâncias do orçamento público paranaense nos anos eleitorais nos mais de vinte anos. Foi feita também uma investigação sobre a história recente da política e economia do Estado, objetivando encontrar fatos ocorridos que justifiquem quaisquer números significativos referentes às contas públicas do Paraná. Foram usados conceitos de Gestão Orçamentária Pública, com a finalidade de responder à problemática da pesquisa.

O período de análise do presente trabalho é do ano de 1986 até o ano de 2010. Para os anos de 1986 à 2002 foram retirados dados da tese de doutorado de Castro (2005), já que a Receita Federal do Estado do Paraná dispõe somente de oito anos. Assim, a partir de 2003 até o ano de 2010, os dados numéricos, referentes às



contas públicas paranaenses foram retirados da página eletrônica da Receita do Estado do Paraná.

#### **4 ANÁLISE DAS CONTAS PARANAENSES**

Com dados retirados da economia paranaense, obtiveram-se informações sobre as despesas do Estado em determinados setores, (Legislativo; Judiciário; Administração e Planejamento; Agricultura; Comunicação; Segurança Pública; Desenvolvimento Regional; Educação e Cultura; Energia e Recursos Naturais; Habitação e Urbanismo; Indústria, Comércio e Serviços; Saúde e Saneamento; Trabalho; Assistência e Previdência; Transporte). Primeiramente, fez-se estudo dos anos de 1985 a 2002, com dados retirados de Castro (2005). Após, é feita uma análise dos anos de 2003 a 2008, com dados retirados da Fazenda Estadual. Foi padronizado, ao longo do presente estudo, que o mandato do ano de 1987 a 1990 será chamado de Governo 1; o mandato de 1991 a 1994 será chamado de Governo 2; o mandato de 1995 a 1998 será chamado de Governo 3; o mandato de 1999 a 2002, de Governo 4; o mandato de 2003 a 2006, de Governo 5; e, finalmente, o mandato de 2007 a 2010 de Governo 6.

Ressalta-se que os Governos 3 e 4 foram de responsabilidade do mesmo governante, como o Governo 5 e 6. (ou seja, houve reeleição nos anos de 1998 e 2006).

##### **4.1 ANÁLISE DAS CONTAS PARANAENSES DOS ANOS DE 1986 A 2002**

A tabela 1 descreve as despesas paranaenses ao longo dos anos de 1985 a 2002, enquanto que a tabela 2 aborda a participação, em porcentagem, que cada conta participou em determinado ano, entre os anos de 1985 à 2002, mostrando também as principais discrepâncias de cada setor. Já a tabela 3 mostra a variação das contas públicas do ano de 1986 para os anos seguintes, do mesmo modo que a tabela 4 apresenta a variação do ano de 1990 para os anos seguintes, e a tabela 5 aborda a variação das contas públicas do ano de 1994 com os restantes.

**Tabela 1 – Despesas Setoriais – Paraná – 1985 a 2002**

|           |             | Funções    |                    |              |             |              |               |                    |                             |                       |                     |                    |            |                  |              |              |               |
|-----------|-------------|------------|--------------------|--------------|-------------|--------------|---------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|------------|------------------|--------------|--------------|---------------|
| ANOS      | Legislativa | Judiciária | Adm e Planejamento | Agricultura  | Comunicação | Seg. Pública | Des. Regional | Educação e cultura | Energia e recursos naturais | Habitação e urbanismo | Ind. Com e Serviços | Saúde e saneamento | Trabalho   | Assist e Previd. | Transporte   | TOTAL        |               |
| 1985      | 115.648,96  | 262.299,97 | 1.075.197,44       | 276.158,78   | 3.376,77    | 334.313,02   | 178.367,99    | 1.183.457,09       | 95.621,39                   | 21.888,30             | 165.971,56          | 327.226,21         | 1.837,88   | 783.930,28       | 873.655,52   | 5.698.951,16 |               |
| 1986      | 118.564,56  | 338.341,52 | 864.233,43         | 188.147,10   | 5.627,30    | 364.280,85   | 1.321.844,90  | 1.368.307,68       | 94.531,95                   | 44.858,37             | 85.377,71           | 370.817,06         | 17.482,57  | 746.427,60       | 1.012.313,66 | 6.941.156,26 |               |
| Governo 1 | 1987        | 118.685,01 | 334.007,24         | 1.055.633,62 | 293.474,34  | 3.790,25     | 397.930,37    | 81.475,57          | 1.596.391,14                | 51.956,99             | 102.729,82          | 105.397,56         | 339.103,84 | 742,51           | 956.252,51   | 1.407.731,70 | 6.845.302,47  |
|           | 1988        | 91.248,04  | 231.900,95         | 1.013.609,84 | 176.995,24  | 1.912,65     | 316.545,61    | 1.772.764,07       | 1.301.246,37                | 39.045,33             | 15.166,84           | 68.361,44          | 158.145,36 | 5.816,99         | 623.199,97   | 1.082.443,51 | 6.898.402,21  |
|           | 1989        | 110.896,18 | 335.974,42         | 1.712.580,79 | 286.310,71  | 3.370,85     | 343.312,83    | 53.467,27          | 1.431.533,82                | 12.151,65             | 9.525,71            | 42.459,65          | 675.625,95 | 14.093,94        | 799.493,77   | 747.247,59   | 6.578.045,13  |
|           | 1990        | 127.029,23 | 397.975,51         | 1.027.784,79 | 176.785,80  | 2.748,45     | 346.432,74    | 44.850,46          | 1.225.143,43                | 59.151,87             | 7.130,95            | 22.386,70          | 204.505,40 | 15.623,27        | 665.240,73   | 433.877,22   | 4.756.666,55  |
| Governo 2 | 1991        | 127.758,32 | 403.320,26         | 673.847,66   | 200.192,05  | 946,45       | 345.055,56    | 93.733,70          | 1.174.732,84                | 81.587,97             | 41.888,62           | 63.214,28          | 175.452,08 | 9.986,09         | 613.753,29   | 351.145,21   | 4.356.614,38  |
|           | 1992        | 112.470,95 | 341.163,08         | 492.106,36   | 189.218,02  | -            | 333.314,89    | 208.243,76         | 1.127.793,88                | 56.810,46             | 104.348,12          | 118.989,38         | 210.810,42 | 5.860,46         | 650.931,42   | 215.362,85   | 4.167.424,05  |
|           | 1993        | 105.128,59 | 328.124,25         | 626.643,92   | 181.087,28  | -            | 272.396,58    | 149.811,10         | 1.090.558,45                | 6.459,15              | 53.078,02           | 15.407,90          | 202.644,12 | 8.041,83         | 762.477,66   | 421.486,49   | 4.223.345,34  |
|           | 1994        | 134.397,28 | 428.413,92         | 652.160,42   | 192.454,51  | -            | 343.316,78    | 238.925,20         | 1.330.572,35                | 10.063,15             | 109.912,19          | 46.164,42          | 300.066,78 | 12.813,57        | 952.031,59   | 779.189,64   | 5.530.481,80  |
| Governo 3 | 1995        | 193.302,16 | 574.792,92         | 991.082,85   | 191.363,83  | -            | 463.600,36    | 283.090,03         | 1.704.819,54                | 4.700,61              | 72.734,06           | 51.455,83          | 328.570,80 | 15.500,77        | 1.308.351,63 | 340.206,75   | 6.523.572,14  |
|           | 1996        | 196.901,69 | 677.480,75         | 1.235.138,05 | 238.428,59  | -            | 695.442,07    | 184.624,28         | 1.964.441,34                | 5.322,84              | 157.076,96          | 68.011,80          | 433.848,34 | 31.515,65        | 1.564.968,73 | 643.789,72   | 8.096.990,81  |
|           | 1997        | 208.956,26 | 632.461,90         | 1.705.856,37 | 245.650,27  | -            | 820.399,27    | 441.042,99         | 2.043.479,89                | 5.165,68              | 283.661,04          | 127.542,79         | 520.069,25 | 49.063,72        | 1.750.098,87 | 458.284,22   | 9.291.732,52  |
|           | 1998        | 226.936,04 | 3.805.880,90       | 1.418.210,16 | 264.198,08  | -            | 795.115,85    | 229.179,90         | 2.919.932,63                | 4.995,50              | 372.278,95          | 143.112,36         | 499.280,37 | 56.195,49        | 1.834.580,44 | 671.150,34   | 13.241.047,01 |
| Governo 4 | 1999        | 224.221,82 | 757.953,46         | 1.382.661,82 | 201.945,33  | -            | 714.882,43    | 41.382,86          | 2.440.192,90                | 4.588,60              | 216.719,24          | 7.415.877,94       | 437.531,53 | 31.380,26        | 1.755.004,63 | 363.644,30   | 15.987.987,12 |
|           | 2000        | 167.389,90 | 471.660,44         | 4.269.453,12 | 134.339,12  | -            | 617.874,51    | -                  | 1.700.014,96                | 0                     | 304.686,22          | 303.270,03         | 683.275,23 | 37.647,43        | 3.273.324,24 | 253.874,30   | 12.216.809,50 |
|           | 2001        | 172.849,03 | 382.379,50         | 3.998.104,66 | 156.418,74  | -            | 655.150,01    | 168.676,80         | 1.694.020,94                | 0                     | 207.956,00          | 158.785,12         | 682.402,26 | 0                | 1.595.543,71 | 334.047,70   | 10.206.334,47 |
|           | 2002        | 161.582,19 | 379.243,15         | 4.087.414,08 | 222.671,87  | -            | 654.425,78    | -                  | 1.777.954,86                | 0                     | 238.775,49          | 432.606,04         | 825.916,68 | 27.258,82        | 1.474.079,11 | 374.468,49   | 10.656.396,56 |

FONTE: CASTRO (2005)

**TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO DE CADA CONTA E PRINCIPAIS DISCREPÂNCIAS DE CADA SETOR – PARANÁ – 1985 a 2002**

|           |      | Legislativa | Judiciária | Adm e Planejamento | Agricultura | Comunicação | Seg. Pública | Des. Regional | Educação e cultura | Energia e recursos naturais | Habituação e urbanismo | Ind. Com e Serviços | Saúde e saneamento | Trabalho | Assist e Previd. | Transporte | TOTAL   |
|-----------|------|-------------|------------|--------------------|-------------|-------------|--------------|---------------|--------------------|-----------------------------|------------------------|---------------------|--------------------|----------|------------------|------------|---------|
|           | 1985 | 2,03%       | 4,60%      | 18,87%             | 4,85%       | 0,06%       | 5,87%        | 3,13%         | 20,77%             | 1,68%                       | 0,38%                  | 2,91%               | 5,74%              | 0,03%    | 13,76%           | 15,33%     | 100,00% |
| eleições  | 1986 | 1,71%       | 4,87%      | 12,45%             | 2,71%       | 0,08%       | 5,25%        | 19,04%        | 19,71%             | 1,36%                       | 0,65%                  | 1,23%               | 5,34%              | 0,25%    | 10,75%           | 14,58%     | 100,00% |
| Governo 1 | 1987 | 1,73%       | 4,88%      | 15,42%             | 4,29%       | 0,06%       | 5,81%        | 1,19%         | 23,32%             | 0,76%                       | 1,50%                  | 1,54%               | 4,95%              | 0,01%    | 13,97%           | 20,56%     | 100,00% |
|           | 1988 | 1,32%       | 3,36%      | 14,69%             | 2,57%       | 0,03%       | 4,59%        | 25,70%        | 18,86%             | 0,57%                       | 0,22%                  | 0,99%               | 2,29%              | 0,08%    | 9,03%            | 15,69%     | 100,00% |
|           | 1989 | 1,69%       | 5,11%      | 26,03%             | 4,35%       | 0,05%       | 5,22%        | 0,81%         | 21,76%             | 0,18%                       | 0,14%                  | 0,65%               | 10,27%             | 0,21%    | 12,15%           | 11,36%     | 100,00% |
|           | 1990 | 2,67%       | 8,37%      | 21,61%             | 3,72%       | 0,06%       | 7,28%        | 0,94%         | 25,76%             | 1,24%                       | 0,15%                  | 0,47%               | 4,30%              | 0,33%    | 13,99%           | 9,12%      | 100,00% |
|           | 1991 | 2,93%       | 9,26%      | 15,47%             | 4,60%       | 0,02%       | 7,92%        | 2,15%         | 26,96%             | 1,87%                       | 0,96%                  | 1,45%               | 4,03%              | 0,23%    | 14,09%           | 8,06%      | 100,00% |
| Governo 2 | 1992 | 2,70%       | 8,19%      | 11,81%             | 4,54%       |             | 8,00%        | 5,00%         | 27,06%             | 1,36%                       | 2,50%                  | 2,86%               | 5,06%              | 0,14%    | 15,62%           | 5,17%      | 100,00% |
|           | 1993 | 2,49%       | 7,77%      | 14,84%             | 4,29%       |             | 6,45%        | 3,55%         | 25,82%             | 0,15%                       | 1,26%                  | 0,36%               | 4,80%              | 0,19%    | 18,05%           | 9,98%      | 100,00% |
|           | 1994 | 2,43%       | 7,75%      | 11,79%             | 3,48%       |             | 6,21%        | 4,32%         | 24,06%             | 0,18%                       | 1,99%                  | 0,83%               | 5,43%              | 0,23%    | 17,21%           | 14,09%     | 100,00% |
| Governo 3 | 1995 | 2,96%       | 8,81%      | 15,19%             | 2,93%       |             | 7,11%        | 4,34%         | 26,13%             | 0,07%                       | 1,11%                  | 0,79%               | 5,04%              | 0,24%    | 20,06%           | 5,22%      | 100,00% |
|           | 1996 | 2,43%       | 8,37%      | 15,25%             | 2,94%       |             | 8,59%        | 2,28%         | 24,26%             | 0,07%                       | 1,94%                  | 0,84%               | 5,36%              | 0,39%    | 19,33%           | 7,95%      | 100,00% |
|           | 1997 | 2,25%       | 6,81%      | 18,36%             | 2,64%       |             | 8,83%        | 4,75%         | 21,99%             | 0,06%                       | 3,05%                  | 1,37%               | 5,60%              | 0,53%    | 18,84%           | 4,93%      | 100,00% |
|           | 1998 | 1,71%       | 28,74%     | 10,71%             | 2,00%       |             | 6,00%        | 1,73%         | 22,05%             | 0,04%                       | 2,81%                  | 1,08%               | 3,77%              | 0,42%    | 13,86%           | 5,07%      | 100,00% |
| Governo 4 | 1999 | 1,40%       | 4,74%      | 8,65%              | 1,26%       |             | 4,47%        | 0,26%         | 15,26%             | 0,03%                       | 1,36%                  | 46,38%              | 2,74%              | 0,20%    | 10,98%           | 2,27%      | 100,00% |
|           | 2000 | 1,37%       | 3,86%      | 34,95%             | 1,10%       |             | 5,06%        |               | 13,92%             | 0,00%                       | 2,49%                  | 2,48%               | 5,59%              | 0,31%    | 26,79%           | 2,08%      | 100,00% |
|           | 2001 | 1,69%       | 3,75%      | 39,17%             | 1,53%       |             | 6,42%        | 1,65%         | 16,60%             | 0,00%                       | 2,04%                  | 1,56%               | 6,69%              | 0,00%    | 15,63%           | 3,27%      | 100,00% |
|           | 2002 | 1,52%       | 3,56%      | 38,36%             | 2,09%       |             | 6,14%        |               | 16,68%             | 0,00%                       | 2,24%                  | 4,06%               | 7,75%              | 0,26%    | 13,83%           | 3,51%      | 100,00% |

NOTA: Elaboração Própria (2010)

**TABELA 3 – VARIAÇÃO DAS CONTAS DO ANO DE 1986 X ANOS RESTANTES**

| Ano  | Legislativa | Judiciária | Adm e Planejamento | Agricultura | Comunicação | Seg. Pública | Des. Regional | Educação e cultura | Energia e recursos naturais | Habitação e urbanismo | Ind. Com e Serviços | Saúde e saneamento | Trabalho | Assist e Previd. | Transporte |
|------|-------------|------------|--------------------|-------------|-------------|--------------|---------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|----------|------------------|------------|
| 1990 | 7%          | 18%        | 19%                | -6%         | -51%        | -5%          | -97%          | -10%               | -37%                        | -84%                  | -74%                | -45%               | -11%     | -11%             | -57%       |
| 1994 | 13%         | 27%        | -25%               | 2%          |             | -6%          | -82%          | -3%                | -89%                        | 145%                  | -46%                | -19%               | -27%     | 28%              | -23%       |
| 1998 | 91%         | 1025%      | 64%                | 40%         |             | 118%         | -83%          | 113%               | -95%                        | 730%                  | 68%                 | 35%                | 221%     | 146%             | -34%       |
| 2002 | 36%         | 12%        | 373%               | 18%         |             | 80%          |               | 30%                | -100%                       | 432%                  | 407%                | 123%               | 56%      | 197%             | -63%       |

NOTA: Elaboração Própria (2010)

**TABELA 4 – VARIAÇÃO DAS CONTAS DO ANO DE 1990 X ANOS RESTANTES**

| Ano  | Legislativa | Judiciária | Adm e Planejamento | Agricultura | Comunicação | Seg. Pública | Des. Regional | Educação e cultura | Energia e recursos naturais | Habitação e urbanismo | Ind. Com e Serviços | Saúde e saneamento | Trabalho | Assist e Previd. | Transporte |
|------|-------------|------------|--------------------|-------------|-------------|--------------|---------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|----------|------------------|------------|
| 1994 | 6%          | 8%         | -37%               | 9%          |             | -1%          | 433%          | 9%                 | -83%                        | 1441%                 | 106%                | 47%                | -18%     | 43%              | 80%        |
| 1998 | 79%         | 856%       | 38%                | 49%         |             | 130%         | 411%          | 138%               | -92%                        | 5121%                 | 539%                | 144%               | 260%     | 176%             | 55%        |
| 2002 | 27%         | -5%        | 298%               | 26%         |             | 89%          |               | 45%                | -100%                       | 3348%                 | 1832%               | 304%               | -100%    | -100%            | -100%      |

NOTA: Elaboração Própria (2010)

TABELA 5 – VARIAÇÃO DAS CONTAS DO ANO DE 1994 X ANOS RESTANTES

| Ano  | Legislativa | Judiciária | Adm e Planejamento | Agricultura | Comunicação | Seg. Pública | Des. Regional | Educação e cultura | Energia e recursos naturais | Habitação e urbanismo | Ind. Com e Serviços | Saúde e saneamento | Trabalho | Assist e Previd. | Transporte |
|------|-------------|------------|--------------------|-------------|-------------|--------------|---------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|----------|------------------|------------|
| 1998 | 69%         | 788%       | 117%               | 37%         |             | 132%         | -4%           | 119%               | -50%                        | 239%                  | 210%                | 66%                | 339%     | 93%              | -14%       |
| 2002 | 20%         | -11%       | 527%               | 16%         |             | 91%          |               | 34%                | -100%                       | 117%                  | 837%                | 175%               | 113%     | 55%              | -52%       |

NOTA: Elaboração Própria (2010)

A primeira tabela mostra o conjunto de despesas do Estado do Paraná, dividido em grupos de atividades ao longo de 18 anos (ano 1985 a 2002), tabela que foi retirada de Castro (2005). Desse modo, as contas mostradas, são os principais grupos de atividades dos serviços oferecidos pelo Estado à população paranaense. Assim, pode-se notar a evolução das despesas de quatro Governos – o primeiro em 1987 - 1990; o segundo, em 1991 – 1994; o terceiro em 1995 – 1998 e o quarto, de 1999 – 2002.

Para tais despesas serem analisadas mais detalhadamente, primeiramente foi calculada a porcentagem da participação de cada conta participava por ano, (mostrada na tabela 2), na qual foram destacadas as principais discrepâncias nas despesas orçamentárias dos referidos anos. Explicando por ano eleitoral, no ano de 1986 verificou-se uma discrepância na conta Desenvolvimento Regional, por exemplo. No ano anterior tal conta participava com 3,13% do total das despesas anuais, enquanto que no ano de 1986 participou com 19,04%. No ano de 1989 (um ano antes do ano eleitoral de 1990) houve uma divergência na conta Saúde e Saneamento, tendo no ano de 1988 uma participação de 2,29% em cima do total das despesas, enquanto que no ano seguinte uma participação de 10,27%, e no ano eleitoral de 1990 teve uma participação de 4,03%. No ano de 1995 (um ano após o ano eleitoral de 1994), uma das principais mudanças na conta Transporte foi a queda de 14,09% para 5,22%. No ano seguinte das eleições de 1998, a conta Educação e Cultura teve uma queda, de 22,05% para 15,26% e a conta Indústria, Comércio e Serviços teve um acréscimo elevado, passando de 1,08% para 46,38% de sua participação do total das despesas naquele ano. No ano eleitoral de 2000, a conta Administração e Planejamento teve um aumento de 8,65% para 34,95% da participação das contas públicas daquele ano, e a conta Assistência e Previdência aumentou de 10,98% para 26,79% no mesmo ano.

É importante citar que na eleição de 1998 os Paranaenses reelegeram o mesmo governante. Neste ano a conta Judiciária aumentara de 6,81% para 28,74% de participação, e a conta Assistência e Previdência decresceu de 18,84% para 13,86%.

Foi analisada também a variação de cada ano eleitoral. Nesta primeira análise, foi visto que a variação do ano de 1986 em relação aos anos de 1990, 1994, 1998 e 2000 foi principalmente no final do primeiro mandato do Governo 3, no ano de 1998, no qual o governador daquele ano se reelegeu. Foi verificado que a conta

Judiciária cresceu 1025% em relação ao Governo 1. No mesmo ano, teve vários outros crescimentos substanciais, como a conta de Segurança pública (118%), Educação e cultura (113%), Habitação e urbanismo (730%), Trabalho (221%), entre outros. Também houve grandes crescimentos no ano de 2002 (final do mandato do Governo 5, no qual também tal governador se reelegeu). A conta Habitação e Urbanismo teve um aumento de 432%, a conta Indústria, Comércio e Serviços aumentou 407%, Saúde e Saneamento 123% em relação ao Governo 1.

Continuando com a análise do ano eleitoral de 1986, verifica-se, na tabela 2, a qual apresenta a porcentagem de cada conta em relação ao total das despesas de determinado período, que no primeiro ano em questão obteve-se uma leve discrepância nas contas Educação e Cultura, com 19,71% das despesas em relação ao total, e Desenvolvimento Regional, com 19,04% das despesas em relação ao total daquele ano. Nota-se que a conta Desenvolvimento Regional do ano de 1986 é a segunda maior dentre os 18 anos da tabela, perdendo somente para o ano de 1988, com 25,70% do total das despesas daquele ano. Pode-se concluir que, no ano eleitoral de 1986, no qual o candidato eleito foi o sucessor partidário do Governo anterior, foi investido um montante muito acima da média no setor de Desenvolvimento Regional, sob o qual era de quase 3% somente, para este setor (excluindo os anos de 1986 e 1988).

Nas eleições para o Governo 2, em 1990, notou-se que a maior discrepância foi um ano anterior do ano eleitoral (1989), no setor de Saúde e Saneamento, com uma participação de 10,27% em relação a essa mesma conta em anos anteriores e posteriores (no qual a média era em torno de 5% em relação ao total das despesas de cada ano). No ano eleitoral de 1990 não houve números muito divergentes em relação a outros anos. No entanto, a maioria das despesas foram maiores neste ano do que nos últimos anos anteriores, supondo um leve aumento nos gastos do governo nesse período. Porém, se for analisado o total do ano de 1990, este foi o único ano eleitoral que obteve uma despesa total menor quando comparados anos anteriores.

Nas eleições para o Governo 3, em 1994, houveram algumas distorções numéricas consideráveis. Pode-se destacar o aumento de 145% na conta Habitação e Urbanismo do ano do Governo 1 para as eleições do Governo 3, e de 1441% de aumento do ano 1990 para 1994. Pode-se citar também o aumento de 433% da conta Desenvolvimento Regional, do ano de 1990 para o ano 1994. Todas as contas

analisadas obtiveram crescimento para com os anos anteriores. Importante enfatizar que o Governo de 1990 à 1994 apoiava o candidato que ficou em segundo lugar nas eleições em questão.

No ano de 1998 foi a primeira eleição que foi permitida a reeleição presidencial e governamental. Inclusive neste ano o governo atual obtivera vitória nas eleições do Governo do Estado. Durante tal ano, foram contraídos muitos aumentos orçamentários: do ano de 1986 para o ano de 1998, a conta Judiciária obteve um aumento de 1025%; a conta Administração e Planejamento obteve um aumento de 64%; a conta Segurança Pública obteve um aumento de 118%; a conta Educação e cultura obteve um aumento de 113%; a conta Habitação e Urbanismo obteve um aumento de 730%; a conta Indústria, comércio e serviços obteve um aumento de 68%; a conta Saúde e Saneamento obteve um aumento de 35%; a conta Trabalho obteve um aumento de 221%; e a conta Assistência e Previdência obteve um aumento de 146%. Do ano de 1990 para o ano de 1998, a conta Judiciária obteve um aumento de 856%; a conta Administração e planejamento aumentou 38%; a conta Segurança Pública aumentou 130%; a conta desenvolvimento Regional aumentou 411%; a conta Educação e Cultura aumentou 238%; a conta habitação e urbanismo aumentou 5121%; a conta Indústria e Serviços aumentou 539%; a conta trabalho aumentou 260%. Entre outros aumentos. Do ano de 1994 para o ano de 1998, a conta Judiciária aumentou 788%; a conta Segurança Pública aumentou 132%; a conta Habitação e Urbanismo aumentou 239%; a conta Indústria, comércio e serviços aumentou 210%; a conta trabalho aumentou 339%. Assim, nota-se um elevado aumento nas contas públicas de uma eleição a outra, enfatizando que houve uma reeleição do Governador do Estado.

Um fato importante a ser observado é a evolução do total das despesas orçamentárias de um ano para outro. Na tabela a seguir pode-se observar o cálculo feito através do somatório de todas as contas. Nota-se que as maiores discrepâncias obtidas foram exatamente nos anos eleitorais. Ou seja, no ano eleitoral de 1986 observou-se um crescimento de 22% nas despesas orçamentárias. No ano de 1990 se obteve uma queda de 28%, enquanto no ano de 1994 notou-se uma elevação de 31% do total das despesas orçamentárias, no ano de 1998 teve um aumento de 43% e, finalmente, no ano de 2002, um crescimento de 4%.



Tabela 6 – Porcentagem da diferença de um ano para outro das despesas orçamentárias do Estado do Paraná entre os anos de 1986 a 2002:

| ANOS | TOTAL         | Crescimento |
|------|---------------|-------------|
| 1985 | 5.698.951,16  |             |
| 1986 | 6.941.156,26  | 22%         |
| 1987 | 6.845.302,47  | -1%         |
| 1988 | 6.898.402,21  | 1%          |
| 1989 | 6.578.045,13  | -5%         |
| 1990 | 4.756.666,55  | -28%        |
| 1991 | 4.356.614,38  | -8%         |
| 1992 | 4.167.424,05  | -4%         |
| 1993 | 4.223.345,34  | 1%          |
| 1994 | 5.530.481,80  | 31%         |
| 1995 | 6.523.572,14  | 18%         |
| 1996 | 8.096.990,81  | 24%         |
| 1997 | 9.291.732,52  | 15%         |
| 1998 | 13.241.047,01 | 43%         |
| 1999 | 15.987.987,12 | 21%         |
| 2000 | 12.216.809,50 | -24%        |
| 2001 | 10.206.334,47 | -16%        |
| 2002 | 10.656.396,56 | 4%          |

NOTA: Elaboração Própria (2011)

Com exceção do último ano aqui analisado, comprovou-se que as maiores distorções, seja crescimento ou queda, aconteceram nos anos em que houve eleição. Por mais que fossem pesquisados fatos ocorridos que pudessem motivar tais discrepâncias, não foram encontrados dados que justificassem as mudanças ocorridas.

Analisando a evolução das Despesas Orçamentárias do Estado do Paraná em relação à despesa do restante dos estados brasileiros, bem como em relação ao PIB paranaense, é obtida a seguinte tabela 7:

TABELA 7 – PARTICIPAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO PARANÁ EM RELAÇÃO A DESPESA CONJUNTA DO RESTANTE DOS ESTADOS E AO PIB NACIONAL – 1985 – 2001.

| ANOS | PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS |          |        |       |                          |                 |       |               |                       |                       |                |       |              |                            |                          |       | Total de Despesa |      |
|------|--------------------------|----------|--------|-------|--------------------------|-----------------|-------|---------------|-----------------------|-----------------------|----------------|-------|--------------|----------------------------|--------------------------|-------|------------------|------|
|      | DESPESAS CORRENTES       |          |        |       |                          |                 |       |               | TRANSF. DE CAPITAL    |                       |                |       |              |                            |                          |       |                  |      |
|      | DE CUSTEIO               |          |        |       | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES |                 |       |               | TRANS. AOS MUNICIPIOS |                       |                |       | Amortizações | Outras despesas de Capital | Total Despesa de Capital |       |                  |      |
|      | PESSOAL                  | ENGARGOS | OUTRAS | TOTAL | JUROS E ENCARGOS         | OUTRAS TRASN.F. | TOTAL | TOTAL DESPESA | INVESTIMENTOS         | INVERSÕES FINANCEIRAS | OUTRAS TRANSF. | TOTAL |              |                            |                          | TOTAL |                  |      |
| 1985 | ..                       | ..       | ..     | ..    | ..                       | ..              | ..    | ..            | ..                    | ..                    | ..             | ..    | ..           | ..                         | ..                       | ..    | ..               |      |
| 1986 | 3,6                      | ..       | ..     | 3,56  | 3,85                     | ..              | 6,73  | 5,13          | 3                     | 6,43                  | ..             | ..    | 6,69         | 5,4                        | ..                       | 5,63  | 5,27             |      |
| 1987 | 3,83                     | ..       | ..     | 3,77  | 3,35                     | ..              | 6,57  | 5,19          | 3,02                  | 3,19                  | ..             | ..    | 7,87         | 4,87                       | ..                       | 6,02  | ..               |      |
| 1988 | 3,72                     | ..       | ..     | 3,38  | 6,35                     | ..              | 7,19  | 5,25          | 0,92                  | 0,96                  | ..             | ..    | 11,19        | 4,73                       | ..                       | 7,18  | 5,82             |      |
| 1989 | 3,58                     | ..       | ..     | 3,2   | 22,04                    | ..              | 8,32  | 5,75          | 0,69                  | 0,93                  | ..             | ..    | 4,36         | 4,73                       | ..                       | 2,86  | 4,97             |      |
| 1990 | 3,04                     | ..       | ..     | 2,73  | 9,74                     | ..              | 4,74  | 3,72          | 1,01                  | 0,73                  | ..             | ..    | 2,52         | 3,22                       | ..                       | 1,78  | 3,22             |      |
| 1991 | 3,71                     | ..       | ..     | 3,17  | 3,92                     | ..              | 4,08  | 3,64          | 4,56                  | 0,64                  | ..             | ..    | 3,26         | 1,63                       | ..                       | 3,06  | ..               |      |
| 1992 | 4,02                     | ..       | ..     | 3,39  | 2,75                     | ..              | 3,7   | 3,55          | 3,81                  | 0,87                  | ..             | ..    | 1,88         | 1,2                        | ..                       | 2,21  | 3,19             |      |
| 1993 | 3,83                     | ..       | ..     | 3,12  | 2,32                     | ..              | 3,47  | 3,3           | 2,34                  | 2,97                  | ..             | ..    | 2,2          | 1,42                       | ..                       | 2,37  | 3,07             |      |
| 1994 | 3,83                     | ..       | ..     | 3,27  | 2,01                     | ..              | 3,65  | 3,47          | 3,74                  | 5,93                  | ..             | ..    | 3,05         | 1,47                       | ..                       | 3,62  | 3,51             |      |
| 1995 | 2,76                     | ..       | 2,08   | 2,63  | 2,45                     | ..              | 5,6   | 3,71          | 3,57                  | ..                    | ..             | ..    | 4,66         | 2,83                       | ..                       | 4,53  | 3,86             |      |
| 1996 | 5,6                      | ..       | 6,33   | 5,74  | 2,92                     | ..              | 1,03  | 4,16          | 9,7                   | ..                    | ..             | 5,05  | 4,91         | 3                          | 2,95                     | 0     | 5,81             | 4,45 |
| 1997 | 6,05                     | ..       | 8,35   | 6,55  | 0,98                     | ..              | 0,99  | 4,81          | 5,36                  | ..                    | ..             | 16,37 | 16,16        | 0,44                       | 0,26                     | 2,91  | 2,02             | 3,54 |
| 1998 | 5,52                     | ..       | 10,74  | 6,7   | 1,99                     | ..              | 0,86  | 4,84          | 11,5                  | ..                    | ..             | 10,42 | 9,87         | 3,11                       | 3,16                     | 1,99  | 8,47             | 5,85 |
| 1999 | 4,9                      | ..       | 10,54  | 6,05  | 4,51                     | ..              | 1,29  | 4,58          | 36,38                 | ..                    | ..             | 1,99  | 1,95         | 2,4                        | 2,45                     | 1     | 22,41            | 8,06 |
| 2000 | 4,73                     | 4,13     | 15,33  | 8,3   | 6,34                     | ..              | 2,57  | 5,66          | 5,1                   | 0,05                  | ..             | ..    | 25,08        | 26,44                      | 2,23                     | 10,72 | 6,44             | ..   |
| 2001 | 4,48                     | ..       | ..     | 9,3   | ..                       | ..              | 2,94  | 5,32          | 5,52                  | 0,45                  | ..             | ..    | 6,12         | 38,65                      | 23,09                    | 4,84  | 5,26             | ..   |

| ANOS | PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (%) |          |        |       |                          |                 |       |               |                       |                       |                |       |              |                            |                          |       | Total de Despesa |       |    |
|------|----------------------------------|----------|--------|-------|--------------------------|-----------------|-------|---------------|-----------------------|-----------------------|----------------|-------|--------------|----------------------------|--------------------------|-------|------------------|-------|----|
|      | DESPESAS CORRENTES               |          |        |       |                          |                 |       |               | TRANSF. DE CAPITAL    |                       |                |       |              |                            |                          |       |                  |       |    |
|      | DE CUSTEIO                       |          |        |       | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES |                 |       |               | TRANS. AOS MUNICIPIOS |                       |                |       | Amortizações | Outras despesas de Capital | Total Despesa de Capital |       |                  |       |    |
|      | PESSOAL                          | ENGARGOS | OUTRAS | TOTAL | JUROS E ENCARGOS         | OUTRAS TRASN.F. | TOTAL | TOTAL DESPESA | INVESTIMENTOS         | INVERSÕES FINANCEIRAS | OUTRAS TRANSF. | TOTAL |              |                            |                          | TOTAL |                  |       |    |
| 1985 | ..                               | ..       | ..     | 3,85  | ..                       | ..              | 1,77  | 5,62          | 1,6                   | ..                    | ..             | ..    | 0,93         | ..                         | ..                       | 2,81  | 8,44             | ..    |    |
| 1986 | 1,9                              | ..       | ..     | 2,26  | 0,33                     | ..              | 4,2   | 6,46          | 0,39                  | 0,29                  | ..             | ..    | 1,94         | 0,41                       | ..                       | 2,63  | 9,09             | ..    |    |
| 1987 | 2,04                             | ..       | ..     | 2,43  | 0,49                     | ..              | 4,34  | 6,78          | 0,37                  | 0,16                  | ..             | ..    | 2,17         | 0,46                       | ..                       | 2,7   | 9,48             | ..    |    |
| 1988 | 1,86                             | ..       | ..     | 2,19  | 0,55                     | ..              | 4,5   | 6,69          | 0,12                  | 0,08                  | ..             | ..    | 3,6          | 0,51                       | ..                       | 3,79  | 10,48            | ..    |    |
| 1989 | 1,92                             | ..       | ..     | 2,25  | 1,36                     | ..              | 5,78  | 8,03          | 0,1                   | 0,06                  | ..             | ..    | 1,31         | 0,58                       | ..                       | 1,48  | 9,51             | ..    |    |
| 1990 | 1,91                             | ..       | ..     | 2,21  | 0,75                     | ..              | 3,68  | 5,89          | 0,15                  | 0,07                  | ..             | ..    | 0,74         | 0,31                       | ..                       | 0,96  | 6,85             | ..    |    |
| 1991 | 2,04                             | ..       | ..     | 2,28  | 0,3                      | ..              | 3,14  | 5,42          | 0,53                  | 0,06                  | ..             | ..    | 0,73         | 0,18                       | DA                       | 1,32  | 6,74             | ..    |    |
| 1992 | 2,22                             | ..       | ..     | 2,58  | 0,27                     | ..              | 2,96  | 5,54          | 0,51                  | 0,06                  | ..             | ..    | 0,67         | 0,19                       | ..                       | 1,24  | 6,78             | ..    |    |
| 1993 | 2,22                             | ..       | ..     | 2,65  | 0,26                     | ..              | 3,1   | 5,75          | 0,42                  | 0,27                  | ..             | ..    | 0,7          | 0,19                       | ..                       | 1,39  | 7,14             | ..    |    |
| 1994 | 2,32                             | ..       | ..     | 2,79  | 0,2                      | ..              | 3,4   | 6,2           | 0,51                  | 0,5                   | ..             | ..    | 1,14         | 0,26                       | ..                       | 2,15  | 8,35             | ..    |    |
| 1995 | 2,63                             | ..       | 0,45   | 3,08  | 0,2                      | ..              | 3,73  | 6,81          | 0,61                  | 0,13                  | ..             | ..    | 1,1          | 0,51                       | ..                       | 1,85  | 8,66             | ..    |    |
| 1996 | 5,29                             | ..       | 1,43   | 6,73  | 0,23                     | ..              | 0,61  | 7,34          | 1,56                  | ..                    | ..             | 0,03  | 0,03         | 0,67                       | 0,52                     | 0,12  | 2,23             | 9,58  | .. |
| 1997 | 5,39                             | ..       | 2,03   | 7,42  | 0,18                     | ..              | 0,51  | 7,93          | 2,35                  | ..                    | ..             | 0,13  | 0,13         | 0,41                       | 0,24                     | 0,05  | 2,77             | 10,7  | .. |
| 1998 | 5,29                             | ..       | 3,02   | 8,31  | 0,2                      | ..              | 0,5   | 8,8           | 5,12                  | ..                    | ..             | 0,11  | 0,11         | 0,79                       | 0,64                     | 0,04  | 5,91             | 14,71 | .. |
| 1999 | 4,92                             | ..       | 2,72   | 7,64  | 0,46                     | ..              | 0,73  | 8,37          | 9,5                   | 0                     | ..             | 0,01  | 0,01         | 0,44                       | 0,36                     | 0,07  | 9,94             | 18,31 | .. |
| 2000 | 3,02                             | 0,17     | 5,43   | 8,72  | 0,72                     | ..              | 2,31  | 11,03         | 0,8                   | ..                    | ..             | ..    | 3            | 2,83                       | 0,17                     | 3,81  | 14,84            | ..    |    |
| 2001 | ..                               | ..       | ..     | ..    | ..                       | ..              | ..    | ..            | ..                    | ..                    | ..             | ..    | ..           | ..                         | ..                       | ..    | ..               | ..    | .. |

FONTE: CASTRO (2005).

Na tabela 7 são mostrados os percentuais que o Paraná participou, em âmbito nacional, de algumas despesas de sua conta governamental. Nota-se, por exemplo, um considerável aumento das transferências aos municípios no ano de 1988. Neste mesmo ano, segundo Lourenço (2005), o Estado estava recebendo a implantação de muitas indústrias, na média de uma indústria a cada três dias, em consequência ao ser o único estado com crescimento no setor manufatureiro.

Na segunda parte da tabela, na qual mostra o percentual do PIB da participação paranaense de âmbito nacional, nota-se que entre os anos de 1996 a 2000 o Estado obteve um elevado crescimento em praticamente todas as contas. Ainda segundo Lourenço (2005), neste mesmo período o Estado do Paraná gerou setecentos mil empregos, em consequência, certamente, pelo período da instalação de muitas montadoras de automóveis, juntamente com suas fornecedoras de peças. Pode-se constatar, a partir de tal fato, que algumas mudanças nas contas públicas do Paraná nem sempre advêm de fatores políticos. Algumas vezes as distorções aparecem por fatores externos, como este crescimento entre os anos de 1996 a 2000, no qual o estado estava passando por inúmeras transformações.

Pode-se verificar que todas as contas públicas paranaenses aumentaram do ano de 1993 para o ano de 1994. Feita uma análise horizontal dos dados da tabela 1, (que é apresentada na tabela a seguir) é comprovada tal evidência, como também confirmadas as evidências dos fatores apresentados anteriormente. Uma análise horizontal, segundo Marion (1985, p. 504) é “uma observação de uma sequência de um mesmo índice ou de uma sequência de valores de uma mesma conta, durante vários anos ou períodos”.

Como se podem observar na tabela a seguir, todos os percentuais aumentaram no ano de 1994. Neste mesmo ano houve muitas mudanças de cunho econômico e social. Segundo Lourenço (2005) é a partir desta época que a estabilidade monetária se instala no país. Houve a decisão de instalarem pólos industriais fora dos eixos que já se encontravam saturados (São Paulo e Rio de Janeiro).

TABELA 8- DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS SEGUNDO FUNÇÕES E ANÁLISE HORIZONTAL DE CADA ANO – PARANÁ – 1985 A 2002

| Funções     |                   |            |                   |            |                      |           |                   |           |             |      |                   |            |                   |            |                       |            |
|-------------|-------------------|------------|-------------------|------------|----------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------|------|-------------------|------------|-------------------|------------|-----------------------|------------|
| ANOS        | Legislativa       | AH         | Judiciária        | AH         | Adme<br>Planejamento | AH        | Agricultura       | AH        | Comunicação | AH   | Seg. Pública      | AH         | Des. Regional     | AH         | Educação e<br>cultura | AH         |
| 1985        | 115.648,96        |            | 262.299,97        |            | 1.075.197,44         |           | 276.158,78        |           | 3.376,77    |      | 334.313,02        |            | 178.367,99        |            | 1.183.457,09          |            |
| 1986        | 118.564,56        | 3%         | 338.341,52        | 29%        | 864.233,43           | -20%      | 188.147,10        | -32%      | 5.627,30    | 67%  | 364.280,85        | 9%         | 1.321.844,90      | 641%       | 1.368.307,68          | 16%        |
| 1987        | 118.685,01        | 0%         | 334.007,24        | -1%        | 1.055.633,62         | 22%       | 293.474,34        | 56%       | 3.790,25    | -33% | 397.930,37        | 9%         | 81.475,57         | -94%       | 1.596.391,14          | 17%        |
| 1988        | 91.248,04         | -23%       | 231.900,95        | -31%       | 1.013.609,84         | -4%       | 176.995,24        | -40%      | 1.912,65    | -50% | 316.545,61        | -20%       | 1.772.764,07      | 2076%      | 1.301.246,37          | -18%       |
| 1989        | 110.896,18        | 22%        | 335.974,42        | 45%        | 1.712.580,79         | 69%       | 286.310,71        | 62%       | 3.370,85    | 76%  | 343.312,83        | 8%         | 53.467,27         | -97%       | 1.431.533,82          | 10%        |
| 1990        | 127.029,23        | 15%        | 397.975,51        | 18%        | 1.027.784,79         | -40%      | 176.785,80        | -38%      | 2.748,45    | -18% | 346.432,74        | 1%         | 44.860,46         | -16%       | 1.225.143,43          | -14%       |
| 1991        | 127.758,32        | 1%         | 403.320,26        | 1%         | 673.847,66           | -34%      | 200.192,05        | 13%       | 946,45      | -66% | 345.055,55        | 0%         | 93.733,70         | 109%       | 1.174.732,84          | -4%        |
| 1992        | 112.470,95        | -12%       | 341.163,08        | -15%       | 492.106,36           | -27%      | 189.218,02        | -5%       | 0           |      | 333.314,89        | -3%        | 208.243,76        | 122%       | 1.127.793,88          | -4%        |
| 1993        | 105.128,59        | -7%        | 328.124,25        | -4%        | 626.643,92           | 27%       | 181.087,28        | -4%       | 0           |      | 272.396,58        | -18%       | 149.811,10        | -28%       | 1.030.558,45          | -3%        |
| <b>1994</b> | <b>134.397,28</b> | <b>28%</b> | <b>428.413,92</b> | <b>31%</b> | <b>652.160,42</b>    | <b>4%</b> | <b>192.454,51</b> | <b>6%</b> | <b>0</b>    |      | <b>343.316,78</b> | <b>28%</b> | <b>238.925,20</b> | <b>59%</b> | <b>1.330.572,35</b>   | <b>22%</b> |
| 1995        | 193.302,16        | 44%        | 574.792,92        | 34%        | 991.082,85           | 52%       | 191.363,83        | -1%       | 0           |      | 463.600,36        | 35%        | 283.090,03        | 18%        | 1.704.819,54          | 28%        |
| 1996        | 196.901,69        | 2%         | 677.480,75        | 18%        | 1.235.138,05         | 25%       | 238.428,59        | 25%       | 0           |      | 695.442,07        | 50%        | 184.624,28        | -35%       | 1.964.441,34          | 15%        |
| 1997        | 208.956,26        | 6%         | 632.461,90        | -7%        | 1.705.856,37         | 38%       | 245.650,27        | 3%        | 0           |      | 820.399,27        | 18%        | 441.042,99        | 139%       | 2.043.479,89          | 4%         |
| 1998        | 226.936,04        | 9%         | 3.805.880,90      | 502%       | 1.418.210,16         | -17%      | 264.198,08        | 8%        | 0           |      | 795.115,85        | -3%        | 229.179,90        | -48%       | 2.919.932,63          | 43%        |
| 1999        | 224.221,82        | -1%        | 757.953,46        | -80%       | 1.382.661,82         | -3%       | 201.945,33        | -24%      | 0           |      | 714.882,43        | -10%       | 41.382,86         | -82%       | 2.440.192,90          | -16%       |
| 2000        | 167.389,90        | -25%       | 471.660,44        | -38%       | 4.269.453,12         | 209%      | 134.339,12        | -33%      | 0           |      | 617.874,51        | -14%       | 0                 |            | 1.700.014,96          | -30%       |
| 2001        | 172.849,03        | 3%         | 382.379,50        | -19%       | 3.998.104,66         | -6%       | 156.418,74        | 16%       | 0           |      | 655.150,01        | 6%         | 168.676,80        | 308%       | 1.694.020,94          | 0%         |
| 2002        | 161.582,19        | -7%        | 379.243,15        | -1%        | 4.087.414,08         | 2%        | 222.671,87        | 42%       | 0           |      | 654.425,78        | -0,11%     | 0                 |            | 1.777.954,86          | 5%         |

(continua na próxima página)

Continuação da tabela anterior

| Funções |                             |            |                       |             |                    |             |                    |            |                  |            |                   |            |                   |            |                     |
|---------|-----------------------------|------------|-----------------------|-------------|--------------------|-------------|--------------------|------------|------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|---------------------|
| ANOS    | Energia e recursos naturais | AH         | Habitação e urbanismo | AH          | Ind. Come Serviços | AH          | Saúde e saneamento | AH         | Trabalho         | AH         | Assist e Previd.  | AH         | Transporte        | AH         | TOTAL               |
| 1985    | 95.621,39                   |            | 21.888,30             |             | 165.971,56         |             | 327.226,21         |            | 1.837,88         |            | 783.930,28        |            | 873.655,52        |            | 5.700.936,16        |
| 1986    | 94.531,95                   | -1%        | 44.858,37             | 105%        | 85.377,71          | -49%        | 370.817,06         | 13%        | 17.482,57        | 851%       | 746.427,60        | -5%        | 1.012.313,66      | 16%        | 6.941.156,26        |
| 1987    | 51.956,99                   | -45%       | 102.729,82            | 129%        | 105.397,56         | 23%         | 339.103,84         | -9%        | 742,51           | -96%       | 956.252,51        | 28%        | 1.407.731,70      | 39%        | 6.845.302,47        |
| 1988    | 39.045,33                   | -25%       | 15.166,84             | -85%        | 68.361,44          | -35%        | 158.145,36         | -53%       | 5.816,99         | 683%       | 623.199,97        | -35%       | 1.082.443,51      | -23%       | 6.898.402,21        |
| 1989    | 12.151,65                   | -69%       | 9.525,71              | -37%        | 42.459,65          | -38%        | 675.625,95         | 327%       | 14.093,94        | 142%       | 799.493,77        | 28%        | 747.247,59        | -31%       | 6.578.045,13        |
| 1990    | 59.151,87                   | 387%       | 7.130,95              | -25%        | 22.386,70          | -47%        | 204.505,40         | -70%       | 15.623,27        | 11%        | 665.240,73        | -17%       | 433.877,22        | -42%       | 4.756.666,55        |
| 1991    | 81.587,97                   | 38%        | 41.888,62             | 487%        | 63.214,28          | 182%        | 175.452,08         | -14%       | 9.986,09         | -36%       | 613.753,29        | -8%        | 351.145,21        | -19%       | 4.356.614,38        |
| 1992    | 55.810,46                   | -30%       | 104.348,12            | 149%        | 118.989,38         | 88%         | 210.810,42         | 20%        | 5.860,46         | -41%       | 650.931,42        | 6%         | 215.362,85        | -39%       | 4.167.424,05        |
| 1993    | 6.459,15                    | -89%       | 53.078,02             | -49%        | 15.407,90          | -87%        | 202.644,12         | -4%        | 8.041,83         | 37%        | 762.477,66        | 17%        | 421.486,49        | 96%        | 4.223.345,34        |
| 1994    | <b>10.063,15</b>            | <b>56%</b> | <b>109.912,19</b>     | <b>107%</b> | <b>46.164,42</b>   | <b>200%</b> | <b>300.066,78</b>  | <b>48%</b> | <b>12.813,57</b> | <b>59%</b> | <b>952.031,59</b> | <b>25%</b> | <b>779.189,64</b> | <b>85%</b> | <b>5.530.481,80</b> |
| 1995    | 4.700,61                    | -53%       | 72.734,06             | -34%        | 51.455,83          | 11%         | 328.570,80         | 9%         | 15.500,77        | 21%        | 1.308.351,63      | 37%        | 340.206,75        | -56%       | 6.523.572,14        |
| 1996    | 5.322,84                    | 13%        | 157.076,96            | 116%        | 68.011,80          | 32%         | 433.848,34         | 32%        | 31.515,65        | 103%       | 1.564.968,73      | 20%        | 643.789,72        | 89%        | 8.096.990,81        |
| 1997    | 5.165,68                    | -3%        | 283.661,04            | 81%         | 127.542,79         | 88%         | 520.069,25         | 20%        | 49.033,72        | 56%        | 1.750.098,87      | 12%        | 458.284,22        | -29%       | 9.291.732,52        |
| 1998    | 4.995,50                    | -3%        | 372.278,95            | 31%         | 143.112,36         | 12%         | 499.280,37         | -4%        | 56.195,49        | 15%        | 1.834.580,44      | 5%         | 671.150,34        | 46%        | 13.241.047,01       |
| 1999    | 4.588,60                    | -8%        | 216.719,24            | -42%        | 7.415.877,94       | 5082%       | 437.531,53         | -12%       | 31.380,26        | -44%       | 1.755.004,63      | -4%        | 363.644,30        | -46%       | 15.987.987,12       |
| 2000    | 0,00                        | -100%      | 304.686,22            | 41%         | 303.270,03         | -96%        | 683.275,23         | 56%        | 37.647,43        | 20%        | 3.273.324,24      | 87%        | 253.874,30        | -30%       | 12.216.809,50       |
| 2001    | 0,00                        |            | 207.956,00            | -32%        | 158.785,12         | -48%        | 682.402,26         | 0%         | 0                |            | 1.595.543,71      | -51%       | 334.047,70        | 32%        | 10.206.334,47       |
| 2002    | 0,00                        |            | 238.775,49            | 15%         | 432.606,04         | 172%        | 825.916,68         | 21%        | 27.258,82        | -28%       | 1.474.079,11      | -8%        | 374.468,49        | 12%        | 10.656.396,56       |

Nota: Elaboração Própria, 2011

Assim, se encontrava no Estado do Paraná uma adequada escolha, dentre sua infra-estrutura e localização geográfica privilegiada, sem contar os benefícios fiscais que o Estado promovia desde a campanha de 1992, com Programa Paraná Mais Empregos.

“(...) delineou-se um ciclo de investimentos estruturantes, ancorando em alguns vetores estreitamente articulados, com destaque para o pólo automobilístico, a modernização do agronegócio, a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papelero, a expansão da fronteira internacional, incluindo o Mercosul, o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais e o amparo infra-estrutural, sobretudo na área da ciência e tecnologia e na maximização do tripé constituído por transportes, energia e telecomunicações”. (LOURENÇO, 2005. p.3).

Assim, como visto, o Paraná passou por vários acontecimentos ao longo dos anos que pudesse motivar alguns números discrepantes em suas contas nacionais. Entretanto, como pode ser visto nas tabelas anteriores, a discrepância maior ocorria nos anos eleitorais.

Como exemplo, pode-se citar o ano de 1986. Houve aumento nas despesas na maioria das contas. Com destaque para as contas de Desenvolvimento Regional (com um aumento de 641%), Habitação e Urbanismo (com um aumento de 105%) e na conta Trabalho (com um aumento de 851%). Pode-se citar também o ano de 1994, no qual todas as contas tiveram aumento (com destaque da conta Habitação e Urbanismo, que teve um aumento de 107% e a conta Indústria, comércio e serviços, com um aumento de 200%).

É importante levar em consideração os anos em que houve reeleição, como é o caso do ano de 1998, no qual o Paraná reelegeu o governante já atuante. Pode-se verificar que, dentre os anos de 1994 (ano pelo qual tal governante se elegeu pela primeira vez) até o ano de 1998 (ano da reeleição), praticamente todas as contas das despesas orçamentárias aumentaram. Pode-se observar, como exemplo, a conta Legislativa. Dentre os anos de 1994 a 1998, houve aumento apenas de um ano para o outro, caso também das contas de Administração e Planejamento, Educação e Cultura, Trabalho, e Assistência e Previdência, o que não ocorreu em nenhum dos outros períodos governamentais (em nenhum outro ano houve qualquer conta que só tivesse aumentado suas despesas, dentre 4 anos). Pode-se considerar também que a população eleitora também leva em consideração quando se investe mais nos serviços públicos, pois, quando se têm maiores investimentos, ou

aumento da qualidade do serviço público, é certo que ali teve também maior despesa orçamental. Assim, como nos anos em questão (1994 a 1998) houve um aumento nos gastos públicos, houve a percepção clara da população do aumento da qualidade no oferecimento de tais serviços, gerando, assim, a reeleição.

#### 4.2 ANÁLISE DAS CONTAS PARANAENSES DOS ANOS DE 2003 A 2010

Com dados retirados dos balanços contábeis de cada ano entre 2003 e 2010, obtiveram-se as seguintes tabelas 9 e 10, referentes às despesas das principais contas públicas do Governo do Estado do Paraná. A tabela 9 mostra as despesas setoriais do Estado do Paraná dos anos de 2003 a 2010. Como são dados retirados de fontes diferentes das tabelas anteriores, algumas contas não são iguais. A tabela 10 apresenta a participação, em percentual, que cada conta participou no total de determinado ano. Destaca, também, as principais discrepâncias calculadas.

Usando a mesma analogia de cálculo da tabela 2, nota-se que não houve discrepâncias significativas nas contas de um ano para outro. Foi calculada a porcentagem que cada conta participou durante cada ano. Nota-se que as únicas alterações um pouco maiores foram na conta de Administração, que no ano de 2003 participava de 1,59% do total das despesas orçamentárias, enquanto no ano de 2004 participou de 7,39%, e também, no mesmo ano, a conta Segurança Pública participava de 6,69%, e no ano de 2004 passou a participar de 2,91% do total das contas públicas. Tais mudanças pareceram balancear as contas públicas, ou seja, enquanto a conta Administração subia 5,80%, a conta Segurança Pública diminuía 3,78%.

TABELA 9 – Despesas Setoriais – Paraná – 2003 a 2010

| ANO  | Legislativa | Judiciária    | Administração | Segurança Pública | Assistência Social | Previdência Social | Saúde       | Trabalho   | Educação      | Cultura    | Direitos da Cidadania | Urbanismo   |
|------|-------------|---------------|---------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------|------------|---------------|------------|-----------------------|-------------|
| 2003 | 198.776.660 | 469.673.815   | 133.488.818   | 560.516.763       | 23.142.350         | 1.624.859.682      | 93.811.300  | 20.838.604 | 1.370.501.595 | 12.789.937 | 105.209.806           | 209.230.652 |
| 2004 | 223.122.849 | 517.468.047   | 694.059.012   | 273.047.277       | 29.999.721         | 1.831.123.974      | 168.521.044 | 31.305.641 | 1.512.289.344 | 11.147.271 | 120.899.147           | 204.893.479 |
| 2005 | 230.351.066 | 566.609.431   | 288.836.599   | 699.572.265       | 46.301.434         | 1.882.715.869      | 237.369.292 | 69.462.380 | 1.991.871.583 | 33.500.980 | 272.721.550           | 208.761.201 |
| 2006 | 261.915.091 | 682.516.987   | 308.720.433   | 715.332.037       | 37.643.853         | 2.016.605.577      | 257.888.924 | 52.605.760 | 1.931.753.446 | 31.403.348 | 237.977.286           | 145.451.593 |
| 2007 | 277.510.550 | 722.716.000   | 173.045.410   | 759.123.930       | 50.600.000         | 1.970.044.590      | 51.100.930  | 45.980.850 | 2.348.083.790 | 30.456.790 | 213.084.360           | 63.503.270  |
| 2008 | 295.496.340 | 764.493.770   | 186.369.910   | 880.768.290       | 147.033.930        | 1.601.824.330      | 5.612.800   | 55.841.580 | 3.450.000.750 | 42.051.490 | 287.200.570           | 53.043.980  |
| 2009 | 383.777.970 | 941.433.740   | 209.209.200   | 1.193.430.930     | 154.987.490        | 1.668.902.410      | 33.259.960  | 74.522.340 | 4.232.751.160 | 50.576.510 | 285.025.390           | 48.407.130  |
| 2010 | 377.169.490 | 1.011.035.300 | 197.137.470   | 1.035.288.660     | 167.494.160        | 2.228.535.420      | 30.840.900  | 66.111.320 | 4.341.467.020 | 36.730.280 | 306.243.160           | 35.177.550  |

| ANO  | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização agrária | Indústria  | Comércio e Serviços | Energia | Transporte | Encargos Especiais | Reserva de Contingência |
|------|-------------|-------------|------------------|----------------------|-------------|---------------------|------------|---------------------|---------|------------|--------------------|-------------------------|
| 2003 | 25.948.926  | 101.255.516 | 11.845.501       | 9.175.430            | 43.512.121  | -                   | 18.466.440 | 1.558.116           | -       | 12.137.328 | 3.326.432.205      | 1.650.728               |
| 2004 | 27.172.507  | - *         | 8.653.770        | 1.026.374            | 14.517.711  | 559.000             | 415.000    | 1.348.344           | -       | 28.175.314 | 3.698.190.502      | -                       |
| 2005 | 37.557.520  | -           | 20.367.329       | 732.607              | 104.016.803 | 10.754.848          | 3.590.985  | 39.436.463          | -       | 14.441.024 | 4.864.255.044      | 6.699.118               |
| 2006 | 24.761.788  | 3.998.907   | 21.018.988       | 102.300              | 64.608.834  | -                   | 3.439.961  | 36.933.307          | -       | 27.839.642 | 5.206.396.844      | 6.956.605               |
| 2007 | 48.516.000  | 7.560.000   | 17.283.200       | 80.000               | 74.601.730  | -                   | 17.693.050 | 78.789.910          | 22.000  | 17.211.800 | 5.634.543.440      | 3.766.040               |
| 2008 | 113.856.950 | 15.411.000  | 17.773.200       | 80.970               | 80.906.360  | -                   | 16.385.210 | 24.966.100          | -       | 17.333.110 | 5.869.358.470      | 310.180                 |
| 2009 | 102.893.500 | 793.000     | 15.953.330       | 1.080.000            | 130.758.130 | -                   | 9.992.520  | 50.398.790          | -       | 11.670.900 | 6.864.722.210      | 34.635.760              |
| 2010 | 196.731.430 | 6.153.250   | 12.367.510       | 20.000               | 136.705.130 | -                   | 13.272.140 | 53.614.260          | 35000   | 18.896.080 | 7.249.600.250      | 931.350                 |

\* dados não informados

Nota: Elaboração Própria (2011)



TABELA 10 – PARTICIPAÇÃO DE CADA CONTA E PRINCIPAIS DISCREPÂNCIAS DE CADA SETOR – PARANÁ – 2003 a 2010

| ANO  | Legislativa | Judiciária | Adm.  | Segurança Pública | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação | Cultura | Direitos da Cidadania |
|------|-------------|------------|-------|-------------------|--------------------|--------------------|-------|----------|----------|---------|-----------------------|
| 2003 | 2,37%       | 5,61%      | 1,59% | 6,69%             | 0,28%              | 19,40%             | 1,12% | 0,25%    | 16,36%   | 0,15%   | 1,26%                 |
| 2004 | 2,37%       | 5,51%      | 7,39% | 2,91%             | 0,32%              | 19,48%             | 1,79% | 0,33%    | 16,09%   | 0,12%   | 1,29%                 |
| 2005 | 1,98%       | 4,87%      | 2,48% | 6,02%             | 0,40%              | 16,19%             | 2,04% | 0,60%    | 17,13%   | 0,29%   | 2,34%                 |
| 2006 | 2,17%       | 5,65%      | 2,56% | 5,92%             | 0,31%              | 16,70%             | 2,14% | 0,44%    | 16,00%   | 0,26%   | 1,97%                 |
| 2007 | 2,20%       | 5,73%      | 1,37% | 6,02%             | 0,40%              | 15,63%             | 0,41% | 0,36%    | 18,63%   | 0,24%   | 1,69%                 |
| 2008 | 2,12%       | 5,49%      | 1,34% | 6,32%             | 1,06%              | 11,50%             | 0,04% | 0,40%    | 24,77%   | 0,30%   | 2,06%                 |
| 2009 | 2,33%       | 5,71%      | 1,27% | 7,23%             | 0,94%              | 10,12%             | 0,20% | 0,45%    | 25,65%   | 0,31%   | 1,73%                 |
| 2010 | 2,15%       | 5,77%      | 1,13% | 5,91%             | 0,96%              | 12,72%             | 0,18% | 0,38%    | 24,78%   | 0,21%   | 1,75%                 |

  

| ANO  | Urbanismo | Habitação | Saneamento | Gestão Ambiental | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Energia | Transporte | Encargos Especiais | Reserva de Contingência |
|------|-----------|-----------|------------|------------------|----------------------|-------------|---------------------|-----------|---------------------|---------|------------|--------------------|-------------------------|
| 2003 | 2,50%     | 0,31%     | 1,21%      | 0,14%            | 0,11%                | 0,52%       |                     | 0,22%     | 0,02%               |         | 0,14%      | 39,72%             | 0,02%                   |
| 2004 | 2,18%     | 0,29%     |            | 0,09%            | 0,01%                | 0,15%       | 0,01%               | 0,00%     | 0,01%               |         | 0,30%      | 39,35%             |                         |
| 2005 | 1,80%     | 0,32%     |            | 0,18%            | 0,01%                | 0,89%       | 0,09%               | 0,03%     | 0,34%               |         | 0,12%      | 41,83%             | 0,06%                   |
| 2006 | 1,20%     | 0,21%     | 0,03%      | 0,17%            | 0,00%                | 0,54%       |                     | 0,03%     | 0,31%               |         | 0,23%      | 43,11%             | 0,06%                   |
| 2007 | 0,50%     | 0,38%     | 0,06%      | 0,14%            | 0,00%                | 0,59%       |                     | 0,14%     | 0,63%               | 0,00%   | 0,14%      | 44,70%             | 0,03%                   |
| 2008 | 0,38%     | 0,82%     | 0,11%      | 0,13%            | 0,00%                | 0,58%       |                     | 0,12%     | 0,18%               |         | 0,12%      | 42,15%             | 0,00%                   |
| 2009 | 0,29%     | 0,62%     | 0,00%      | 0,10%            | 0,01%                | 0,79%       |                     | 0,06%     | 0,31%               |         | 0,07%      | 41,61%             | 0,21%                   |
| 2010 | 0,20%     | 1,12%     | 0,04%      | 0,07%            | 0,00%                | 0,78%       |                     | 0,08%     | 0,31%               | 0,00%   | 0,11%      | 41,38%             | 0,01%                   |

Nota: Elaboração própria

Pode-se analisar também a mudança das despesas orçamentárias nos dois anos de eleição, dentre os anos considerados no presente subcapítulo. Assim, a variação do ano de 2006 (governo 5) para o ano de 2010 (governo 6) é representado na tabela a seguir:

**TABELA 11 – VARIAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO PARANÁ DO ANO ELEITORAL DE 2006 PARA O ANO DE 2010**

|             |            |            |                   |                      |                    |           |                     |            |                    |                         |
|-------------|------------|------------|-------------------|----------------------|--------------------|-----------|---------------------|------------|--------------------|-------------------------|
| Legislativa | Judiciária | Adm.       | Segurança Pública | Assistência Social   | Previdência Social | Saúde     | Trabalho            | Educação   | Cultura            | Direitos da Cidadania   |
| 44%         | 48%        | -36%       | 45%               | 345%                 | 11%                | -88%      | 26%                 | 125%       | 17%                | 29%                     |
| Urbanismo   | Habitação  | Saneamento | Gestão Ambiental  | Ciência e Tecnologia | Agricultura        | Indústria | Comércio e Serviços | Transporte | Encargos Especiais | Reserva de Contingência |
| -76%        | 694%       | 54%        | -41%              | -80%                 | 112%               | 286%      | 45%                 | -32%       | 39%                | -87%                    |

NOTA: Elaboração própria (2011)

Nota-se que de uma eleição para outra houve algumas mudanças consideráveis. Por exemplo, a conta Assistência Social cresceu 345%, a conta Habitação cresceu 694%, a conta Agricultura cresceu 112%, e a conta Indústria cresceu 286%. É importante enfatizar que os anos de 2003 a 2010 foram administrados pelo mesmo governador, portanto, não houve candidatura do mesmo nas eleições de 2010, nem foi lançado nenhum candidato pelo partido naquele ano.

A seguir, é apresentada a tabela 12, que demonstra as despesas orçamentárias em cada setor, expondo os resultados obtidos dos cálculos feitos das análises horizontais de cada ano, entre 2003 a 2010:

Tabela 12 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS SEGUNDO FUNÇÕES E ANÁLISE HORIZONTAL DE CADA ANO – PARANÁ – 2003 A 2010

| ANO  | Educação      | AH  | Cultura    | AH   | Direitos da Cidadania | AH   | Urbanismo   | AH   | Habitação   | AH   | Saneam.     | AH   | Gestão Ambiental | AH   | Ciência e Tecnologia | AH    |
|------|---------------|-----|------------|------|-----------------------|------|-------------|------|-------------|------|-------------|------|------------------|------|----------------------|-------|
| 2003 | 1.370.501.595 |     | 12.789.937 |      | 105.209.806           |      | 209.230.652 |      | 25.948.926  |      | 101.255.516 |      | 11.845.501       |      | 9.175.430            |       |
| 2004 | 1.512.289.344 | 10% | 11.147.271 | -13% | 120.899.147           | 15%  | 204.893.479 | -2%  | 27.172.507  | 5%   | - *         |      | 8.653.770        | -27% | 1.026.374            | -89%  |
| 2005 | 1.991.871.583 | 32% | 33.500.980 | 201% | 272.721.550           | 126% | 208.761.201 | 2%   | 37.557.520  | 38%  | -           |      | 20.367.329       | 135% | 732.607              | -29%  |
| 2006 | 1.931.753.446 | -3% | 31.403.348 | -6%  | 237.977.286           | -13% | 145.451.593 | -30% | 24.761.788  | -34% | 3.998.907   |      | 21.018.988       | 3%   | 102.300              | -86%  |
| 2007 | 2.348.083.790 | 22% | 30.456.790 | -3%  | 213.084.360           | -10% | 63.503.270  | -56% | 48.516.000  | 96%  | 7.560.000   | 89%  | 17.283.200       | -18% | 80.000               | -22%  |
| 2008 | 3.450.000.750 | 47% | 42.051.490 | 38%  | 287.200.570           | 35%  | 53.043.980  | -16% | 113.856.950 | 135% | 15.411.000  | 104% | 17.773.200       | 3%   | 80.970               | 1%    |
| 2009 | 4.232.751.160 | 23% | 50.576.510 | 20%  | 285.025.390           | -1%  | 48.407.130  | -9%  | 102.893.500 | -10% | 793.000     | -95% | 15.953.330       | -10% | 1.080.000            | 1234% |
| 2010 | 4.341.467.020 | 3%  | 36.730.280 | -27% | 306.243.160           | 7%   | 35.177.550  | -27% | 196.731.430 | 91%  | 6.153.250   | 676% | 12.367.510       | -22% | 20.000               | -98%  |

  

| ANO  | Agricultura | AH   | Org. agrária | AH    | Indústria  | AH   | Comércio e Serviços | AH    | Energia | AH | Transporte | AH   | Encargos Especiais | AH  | Res. Contingência | AH     |
|------|-------------|------|--------------|-------|------------|------|---------------------|-------|---------|----|------------|------|--------------------|-----|-------------------|--------|
| 2003 | 43.512.121  |      | -            |       | 18.466.440 |      | 1.558.116           |       | -       |    | 12.137.328 |      | 3.326.432.205      |     | 1.650.728         |        |
| 2004 | 14.517.711  | -67% | 559.000      |       | 415.000    | -98% | 1.348.344           | -13%  | -       |    | 28.175.314 | 132% | 3.698.190.502      | 11% | -                 |        |
| 2005 | 104.016.803 | 616% | 10.754.848   | 1824% | 3.590.985  | 765% | 39.436.463          | 2825% | -       |    | 14.441.024 | -49% | 4.864.255.044      | 32% | 6.699.118         |        |
| 2006 | 64.608.834  | -38% | -            |       | 3.439.961  | -4%  | 36.933.307          | -6%   | -       |    | 27.839.642 | 93%  | 5.206.396.844      | 7%  | 6.956.605         | 4%     |
| 2007 | 74.601.730  | 15%  | -            |       | 17.693.050 | 414% | 78.789.910          | 113%  | 22.000  |    | 17.211.800 | -38% | 5.634.543.440      | 8%  | 3.766.040         | -46%   |
| 2008 | 80.906.360  | 8%   | -            |       | 16.385.210 | -7%  | 24.966.100          | -68%  | -       |    | 17.333.110 | 1%   | 5.869.358.470      | 4%  | 310.180           | -92%   |
| 2009 | 130.758.130 | 62%  | -            |       | 9.992.520  | -39% | 50.398.790          | 102%  | -       |    | 11.670.900 | -33% | 6.864.722.210      | 17% | 34.635.760        | 11066% |
| 2010 | 136.705.130 | 5%   | -            |       | 13.272.140 | 33%  | 53.614.260          | 6%    | 35.000  |    | 18.896.080 | 62%  | 7.249.600.250      | 6%  | 931.350           | -97%   |

  

| ANO  | Legislativa | AH  | Judiciária    | AH  | Administração | AH   | Segurança Pública | AH   | Assistência Social | AH   | Previdência Social | AH   | Saúde       | AH   | Trabalho   | AH   |
|------|-------------|-----|---------------|-----|---------------|------|-------------------|------|--------------------|------|--------------------|------|-------------|------|------------|------|
| 2003 | 198.776.660 |     | 469.673.815   |     | 133.488.818   |      | 560.516.763       |      | 23.142.350         |      | 1.624.859.682      |      | 93.811.300  |      | 20.838.604 |      |
| 2004 | 223.122.849 | 12% | 517.468.047   | 10% | 694.059.012   | 420% | 273.047.277       | -51% | 29.999.721         | 30%  | 1.831.123.974      | 13%  | 168.521.044 | 80%  | 31.305.641 | 50%  |
| 2005 | 230.351.066 | 3%  | 566.609.431   | 9%  | 288.836.599   | -58% | 699.572.265       | 156% | 46.301.434         | 54%  | 1.882.715.869      | 3%   | 237.369.292 | 41%  | 69.462.380 | 122% |
| 2006 | 261.915.091 | 14% | 682.516.987   | 20% | 308.720.433   | 7%   | 715.332.037       | 2%   | 37.643.853         | -19% | 2.016.605.577      | 7%   | 257.888.924 | 9%   | 52.605.760 | -24% |
| 2007 | 277.510.550 | 6%  | 722.716.000   | 6%  | 173.045.410   | -44% | 759.123.930       | 6%   | 50.600.000         | 34%  | 1.970.044.590      | -2%  | 51.100.930  | -80% | 45.980.850 | -13% |
| 2008 | 295.496.340 | 6%  | 764.493.770   | 6%  | 186.369.910   | 8%   | 880.768.290       | 16%  | 147.033.930        | 191% | 1.601.824.330      | -19% | 5.612.800   | -89% | 55.841.580 | 21%  |
| 2009 | 383.777.970 | 30% | 941.433.740   | 23% | 209.209.200   | 12%  | 1.193.430.930     | 35%  | 154.987.490        | 5%   | 1.668.902.410      | 4%   | 33.259.960  | 493% | 74.522.340 | 33%  |
| 2010 | 377.169.490 | -2% | 1.011.035.300 | 7%  | 197.137.470   | -6%  | 1.035.288.660     | -13% | 167.494.160        | 8%   | 2.228.535.420      | 34%  | 30.840.900  | -7%  | 66.111.320 | -11% |

Nota: Elaboração Própria (2011)

Da mesma maneira com que as análises foram feitas no subcapítulo anterior, foi realizada uma análise horizontal dos números orçamentários das principais contas públicas paranaenses, dos anos de 2003 até 2010. Dessa maneira, a tabela 12 mostra a evolução das contas públicas do Estado, ano a ano, em números percentuais.

Nota-se que as discrepâncias são bastante significativas em algumas contas e em alguns anos, porém, nem sempre estas ocorrem somente nos anos eleitorais. O que se pode verificar são as diferenças que houve na conta Transporte no ano de 2006, que subiu 93% de um ano para outro (2005).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de mais de 20 anos de análise das despesas orçamentárias do Estado do Paraná, foram abordadas teorias sobre gestão orçamentária, orçamento público, controladoria na gestão pública, Transparência na Gestão pública, *Budget Cycles*, e sobre o Setor público paranaense, a fim de examinar o conteúdo da questão de pesquisa desde o início do surgimento do assunto abordado. Após, foram observados os números reais da contabilidade do Estado, mais precisamente das contas de despesas orçamentárias de todos os anos compreendidos entre 1986 a 2010.

Desse modo, através de alguns cálculos e análise de tabelas, juntamente com o estudo feito ao longo deste trabalho, o qual objetivou a existência de picos orçamentários nos anos eleitorais no Estado do Paraná, concluiu-se que as contas públicas paranaenses são discrepantes de um ano para outro e de uma conta para outra. Entretanto, viu-se que tais distorções não ocorrem somente em anos eleitorais, nos quais, segundo as análises bibliográficas feitas, aconteceriam para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos naquele ano, que seria o período em que a maioria dos eleitores perceberia a boa (ou má) administração do governo, designando sua escolha na hora do voto.

Como visto na tabela 9, na qual se analisou as contas públicas dos anos de 2003 a 2010, as discrepâncias vistas pareceram balancear as contas. Assim, enquanto uma conta pública apresentava uma queda considerável, outra conta, no mesmo momento, trazia uma importante elevação. Pode-se concluir que, naquele ano, o Governo preferia deixar de investir em um serviço para investir em outro, talvez, de maior atratividade para a população. Como exemplo, foi visto que no ano de 1994 o Governo diminuiu suas despesas na conta Segurança Pública para investir mais na conta Administração.

Na tabela 6, a qual apresentou as variações de um ano para outro, dentro das despesas orçamentárias, mostrou-se que as maiores variações totais aconteceram exatamente nos anos que houve eleição. Com tal situação pode-se indicar que existem picos orçamentários nos anos eleitorais no Paraná.

Na ocasião das análises horizontais das despesas orçamentárias de todos os anos analisados (tabelas 8 e 12) percebeu-se uma mudança considerável nas variações percentuais nos anos eleitorais. Como exemplo pode-se citar, no ano de

1986, um aumento de 641% na conta Desenvolvimento regional, um aumento de 851% na conta Trabalho e um aumento de 105% na conta Habitação e Urbanismo. O ano de 1990 teve um aumento de 387% na conta Energia e Recursos Naturais. O ano de 1994 apresentou um aumento de 107% na conta Habitação e Urbanismo, de 200% na conta Indústria, Comércio e Serviços e de 85% na conta Transporte. No ano de 1998 a conta Judiciária apresentou um aumento de 502%. No ano de 2002 a conta Indústria, comércio e Serviços cresceu 172%. Em 2006 aumentou 93% a conta Transporte, e, finalmente, o ano de 2010 apresentou-se um aumento de 91% na conta Habitação e outro aumento de 676% na conta Saneamento. Assim, mais uma vez, fica evidente a discrepância existente nas despesas orçamentárias nos anos eleitorais no Estado do Paraná.

Foi feita também uma análise do crescimento percentual de um ano eleitoral para outro. Do ano de 1986 para os anos posteriores observou-se uma discrepância muito grande em relação ao ano de 1998. Como citado, só a conta Judiciária apresentou um crescimento de 856%, e a conta Habitação e Urbanismo, 730%. Comparando o ano de 1990 com os anos eleitorais posteriores, foi visto que também aconteceram distorções consideráveis. Por exemplo, mais uma vez a conta Judiciária apresentou um aumento de 856%, Desenvolvimento Regional 411%, Habitação e Urbanismo 5121% e a Indústria, Comércio e Serviços 539% em um ano e 1832% no outro. Após, na comparação do ano de 1994 com os outros dois anos analisados, viu-se que as distorções também apareceram.

Para o ano de 1998 a conta Judiciária aumentou 788% e, em 2002, a conta Administração e Planejamento aumentou 527%, enquanto que Indústria e Serviços aumentou 837%. Na segunda parte das análises, onde foram apresentados estudos dos anos 2003 a 2010, analisando o ano eleitoral de 2010 para o ano de 2006, apresentou-se um grande ajuste nas contas Assistência Social, de 345%, a conta Habitação cresceu 694% e a conta Indústria cresceu 286%. Importante comentar que não foram utilizadas as mesmas tabelas para os anos de 1986 a 2002 e 2003 para 2010 porque estas foram retiradas de diferentes fontes. Como comentado anteriormente, os primeiros anos foram baseados em Castro (2005) e os demais foram retirados dos balanços patrimoniais de cada ano. Como a Receita Estadual divulga somente os balanços de sete anos anteriores, foi possível consultá-los a partir do ano de 2003. Assim, como apresentam somente as contas públicas de maior relevância, do trabalho de Castro (2005) foi apresentado alguns grupos

econômicos que não foram apresentados nos dados da receita Estadual, e vice-versa. Para não haver distorções, foram divididas e analisadas separadamente.

Com todos esses estudos, fica claro, mais uma vez, que houve distorções nas contas públicas nos anos que ocorreram eleições governamentais no Estado do Paraná. É importante observar que foi constatado que há indícios de picos orçamentários, e foi alcançado o objetivo de responder à questão de pesquisa inicialmente proposta. Entretanto, um fato importante de ser analisado, que foi muito estudado também no referencial teórico, é que nem sempre a população constata que o Governo aumenta a qualidade de alguns serviços, ou, se constata, talvez saiba e observada que ocorre com o objetivo de eleição. Por mais que no Estado do Paraná tenham ocorrido vários casos de reeleição, tal fato não ocorreu em todos os anos eleitorais.

Como sugestão para futura pesquisa, indicam-se investigações relacionadas aos aspectos qualitativos da política paranaense, analisando os casos ocorridos na história do estado do Paraná que talvez responda as discrepâncias aqui indicadas.

## REFERÊNCIAS:

BARBERIA, L.G; AVELINO, G. Do political budget cycles differ in Latin American democracies? In: The annual meeting of the Midwest Political Science Association 67th Annual National Conference, 2009, Chicago, IL; The Palmer House Hilton, Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/Economia/Barbieri%20et%20al.pdf>> Acesso em: 14/02/2011.

BITTENCOURT, J.L. **Evidências de Ciclo Político na Economia Brasileira: Um Teste Para a Execução Orçamentária dos Governos Estaduais – 1983-2000.** 142 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade De Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3394/000337479.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14/02/2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** Art. 165, §2. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 30/04/2011.

CASTRO, D. **Mudança, permanência e crise no setor público paranaense: um balanço da trajetória estadual na segunda metade do século XX.** 265 p. Dissertação (Doutorado em economia) – Instituto de economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000373764>>. Acesso em: 15/05/2010.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público.** 7. São Paulo: Atlas, 1997.p. 41-64.

IPARDES - **Paraná:** Indicadores econômicos – Produto interno Bruto do Paraná e Brasil a Preços Correntes – 1995 a 2009. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=98>>. Acesso em: 28/11/2010.

JAMESON, S.I H. **Orçamento e Administração Financeira.** 7. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1963. p. 51-73.

KALIFE, M.A. Administração Pública: Lei de Responsabilidade Fiscal e a Controladoria. **Revista Eletrônica de Contabilidade** – Curso de Ciências Contábeis UFSM. V.I. N.1. Set-Nov 2004. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vln01/a15vln01.pdf>> Acesso em: 25/02/2011.

KHAIR, A.A. **Lei de Responsabilidade Fiscal:** Guia de orientação para as prefeituras. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES; 2000. p. 63;68;69. Disponível em:



<[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807\\_PUB\\_LRF\\_guiaOrientacao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807_PUB_LRF_guiaOrientacao.pdf)>. Acesso em: 25/02/2011.

LOURENÇO, G.M. **Economia Paranaense**: rótulos históricos e encaixe recente na dinâmica brasileira. IparDES. *Análise Conjuntural*. V. 27, n.11-12. Nov-dez 2005. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/bol\\_ana\\_conjuntural/bol\\_27\\_6b.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/bol_ana_conjuntural/bol_27_6b.pdf)>. Acesso em: 05/02/2011.

MARION, J.C. **Contabilidade Empresarial**. 3. São Paulo: Atlas, 1985. p. 504.

NAKAGUMA, M.Y.; BENDER, S. Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um estudo sobre o Comportamento do Eleitor brasileiro. **Revista Brasileira Economia**, Rio de Janeiro, v. 64 n.1, Jan-Mar 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402010000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402010000100001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 22/11/2010.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Fazenda. **Gestão do Dinheiro Público**. Balanço Geral do Estado Exercícios 2003. Disponível em: <[http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco\\_2003.pdf](http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2003.pdf)>. Acesso em: 15/03/2011.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Fazenda. **Gestão do Dinheiro Público**. Balanço Geral do Estado Exercícios 2004. Disponível em: <[http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco\\_2004.pdf](http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2004.pdf)>. Acesso em: 15/03/2011

PARANÁ. Secretaria do Estado da Fazenda. **Gestão do Dinheiro Público**. Balanço Geral do Estado Exercícios 2005. Disponível em: <[http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco\\_2005.pdf](http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2005.pdf)>. Acesso em: 15/03/2011

PARANÁ. Secretaria do Estado da Fazenda. **Gestão do Dinheiro Público**. Balanço Geral do Estado Exercícios 2006. Disponível em: <[http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco\\_2006.pdf](http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2006.pdf)>. Acesso em: 15/03/2011.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Fazenda. **Gestão do Dinheiro Público**. Balanço Geral do Estado Exercícios 2007. Disponível em: <[http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco\\_2007.pdf](http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2007.pdf)>. Acesso em: 15/03/2011

PARANÁ. Secretaria do Estado da Fazenda. **Gestão do Dinheiro Público**. Balanço Geral do Estado Exercícios 2008. Disponível em: <[http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco\\_2008.pdf](http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2008.pdf)>. Acesso em: 15/03/2011

PARANÁ. Secretaria do Estado da Fazenda. **Gestão do Dinheiro Público**. Balanço Geral do Estado Exercícios 2009. Disponível em: <[http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco\\_2009.pdf](http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2009.pdf)>. Acesso em: 15/03/2011

PARANÁ. Secretaria do Estado da Fazenda. **Gestão do Dinheiro Público**. Balanço Geral do Estado Exercícios 2010. Disponível em:  
<[http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco\\_2010.pdf](http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2010.pdf)>.  
Acesso em: 15/03/2011.

PEIXE, B.C.S. **Finanças públicas**: Controladoria Governamental. 1. Curitiba. Juruá Editora, 2000. p.90-110; 190-204.

PERES, L.B; GOMES, M. B. **Contabilidade Orçamentária** – Manual da Gestão Governamental. 1. Goiânia. UCG, 2000. p. 88-93.

PREUSSLER, A.P.S; PORTUGAL, M.S. **Um Estudo Empírico dos Ciclos Político – Econômicos no Brasil**. Programa de Pós Graduação em Economia – UFRGS. Porto Alegre, 2002. Disponível em:  
<[http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2002\\_05.pdf](http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2002_05.pdf)>. Acesso em: 14/02/2011.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2. São Paulo. Atlas, 2001. p. 98-113.

SILVA, E. L. da; MENESES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001. Disponível em:  
<<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. Acesso em: 28/11/2010.

SILVA, L.M. **Contabilidade Governamental** – Um enfoque administrativo da Nova Contabilidade Pública. 8. São Paulo. Atlas, 2009.

SLOMSKI, V. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**. 1. São Paulo: Atlas, 2005. p. 15-17.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Teses, Dissertações, Monografias e outros trabalhos científicos**. 2. 2. Curitiba: UFPR, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de documentos científicos**, 4. 2. Curitiba: UFPR, 2007.

VASCONCELOS, J. R; CASTRO, D. **Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimento nos anos 90**. Brasília, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 1999. p. 10-12. Disponível em:  
<[http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td\\_0624.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0624.pdf)>  
Acesso em: 28/11/2010.